

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

Relatório da administração

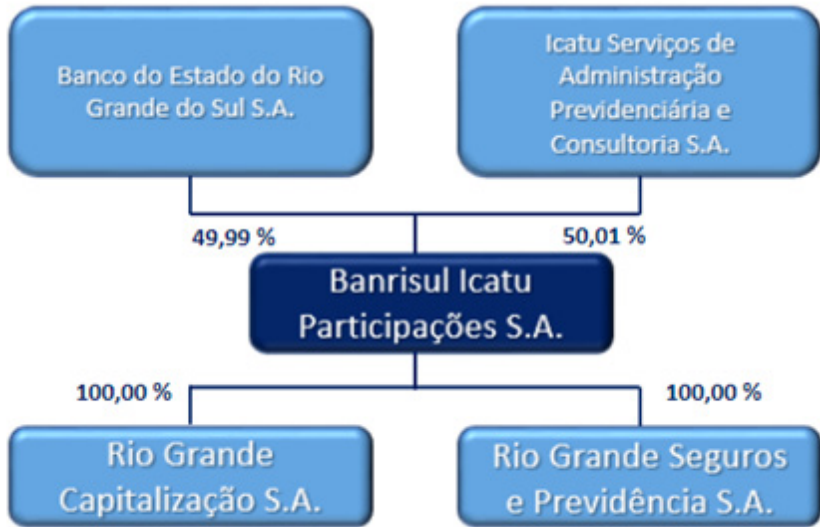
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Demonstrações) da Banrisul Icatu Participações S.A. e Controladas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas conforme as práticas contábeis do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), homologadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia está emitindo suas Demonstrações com base no conjunto completo de normas internacionais em vigor (IFRS) enquanto suas controladas operacionais (Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A.) são obrigadas a emitir as suas demonstrações financeiras com base nas normas homologadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendadas pelo órgão regulador Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Com isso, essas demonstrações financeiras apresentam os impactos da norma IFRS 17/CPC 50 nos números da regulada de seguros que divergem das informações reportadas ao regulador, uma vez que a SUSEP ainda não adotou o IFRS 17/CPC 50 – Contratos de Seguros e manteve o IFRS4/CPC 11 vigente. Nessas Demonstrações, a Banrisul Icatu Participações S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo” é usado para tratar o conjunto formado pela Banrisul Icatu Participações S.A. e suas controladas.

A Companhia é controlada direta da Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%. A Companhia controla as empresas que operam majoritariamente no canal bancário do Banrisul com produtos de vida, previdência e capitalização, como apresentado a seguir:



A Companhia, por intermédio de entidades controladas está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a operar em todas as unidades da federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta e planos de capitalização.

2. Desempenho nas operações e patrimonial

No ano de 2025, para a Companhia, o resultado patrimonial foi de R\$ 178.140 (R\$ 151.476 em 2024).

No ano de 2025, o resultado operacional de seguros e capitalização alcançou R\$ 346.755 (R\$ 352.151 em 2024). O resultado em cada segmento é apresentado em detalhes, a seguir:

Em seguros, em 2025, as receitas líquidas para os contratos de seguros mensurados pelo modelo de mensuração geral (BBA) foram de R\$ 205.639 (R\$ 220.075 em 2024). Para os contratos de seguros mensurados pelo modelo de taxa variável (VFA), as receitas líquidas foram de R\$ 13.277 (R\$ 11.849 em 2024). Em contrapartida, o resultado líquido com contratos de resseguros em 2025 foi uma perda de R\$ 3.142 (ganho de R\$ 4.906 em 2024). Esses montantes juntos proporcionaram uma receita total de seguros de R\$ 215.774 em 2025 (R\$ 236.830 em 2024).

As receitas de capitalização, em 2025, foram de R\$ 130.981 (R\$ 115.321 em 2024).

2.1. Operação e patrimônio

2.1.1. Seguros e previdência

No ano de 2025, as expectativas de sinistros e outras despesas incorridas totalizaram R\$ 395.237 (R\$ 366.018 em 2024) sendo R\$ 385.970 (R\$ 357.275 em 2024) para os contratos mensurados pelo BBA e R\$ 9.267 (R\$ 8.743 em 2024) para os contratos mensurados pelo VFA.

As variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido, em 2025, foram de R\$ 15.206 (R\$ 11.574 em 2024), sendo R\$ 14.918 (R\$ 11.478 em 2024) para os contratos mensurados pelo BBA e R\$ 288 (R\$ 96 em 2024) para os contratos mensurados pelo VFA.

A margem de seguros (CSM), em 2025, foi de R\$ 145.523 (R\$ 165.622 em 2024), sendo R\$ 131.761 (R\$ 153.572 em 2024) para os contratos mensurados pelo BBA e R\$ 13.762 (R\$ 12.050 em 2024) para os contratos mensurados pelo VFA.

Maiores detalhes podem ser vistos na nota explicativa 22.

2.1.2. Capitalização

Durante o ano 2025, a arrecadação da controlada Rio Grande Capitalização S.A. foi de R\$ 892.986 (R\$ 828.844 em 2024), representando um aumento de 7,7%.

Durante o ano de 2025, o resultado com as operações de capitalização foi de R\$ 130.981 (R\$ 115.321 em 2024), 13,6% maior que o ano anterior, sendo as receitas líquidas com títulos de capitalização R\$ 157.440 (R\$ 144.105 em 2024), 9,3% maior que o ano anterior.

O resultado com sorteio em 2025 foi de R\$ 19.489 (R\$ 19.238 em 2024), 12,4% (13,3% em 2024) das receitas líquidas com títulos de capitalização. Já o custo de aquisição foi de R\$ 34.314 em 2025 (R\$ 30.838 em 2024), representando 21,8% (21,4% em 2024) da receita líquida com títulos de capitalização. O comportamento do resultado de sorteio e do custo de aquisição perante as receitas líquidas com títulos de capitalização demonstra o equilíbrio na administração das despesas operacionais.

Maiores detalhes podem ser vistos na nota explicativa 24.

2.2. Despesas administrativas e resultado financeiro

Durante o ano de 2025, as despesas administrativas da Companhia foram de R\$ 892 (R\$ 1.456 em 2024). Já no consolidado, em 2025, as despesas administrativas foram de R\$ 134.163 (R\$ 145.028 em 2024), representando 38,7% (41,2% em 2024) do resultado

operacional de seguros e capitalização.

O Grupo vem exercendo o constante monitoramento de suas despesas, não obstante o investimento no aprimoramento de seus processos.

As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, em 2025, na Companhia, foram de R\$ 242 (R\$ 714 em 2024). No consolidado, esse montante foi de R\$ 87.944 (R\$ 57.548 em 2024), representando 25,4% (16,3% em 2024) do resultado operacional de seguros e capitalização.

2.3. Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 283.582 (R\$ 338.172 em 2024) e o consolidado atingiu um ativo total de R\$ 8.971.615 (R\$ 8.335.109 em 2024).

O patrimônio líquido da Companhia, em 2025, atingiu o montante de R\$ 283.516 (R\$ 338.070 em 2024), representando um decréscimo de 16,1%, justificado pelo pagamento de dividendos aos acionistas. Não havia, nessas datas, diferenças entre os patrimônios líquidos da Companhia e do consolidado.

3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2025	2024
Lucro líquido do ano	177.490	150.734
Ajuste efeito IFRS 17/CPC 50	(5.291)	5.595
Base para a distribuição de dividendos	172.199	156.329
Dividendos pagos e propostos	253.293	135.000
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	147,09%	86,36%
Destinação à reserva de lucros	87.379	156.329

A Companhia é uma *holding* de duas empresas operacionais, reguladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que impõem restrições ao mercado regulado de forma que a adoção das normas IFRS são apenas para aquelas aprovadas pelo regulador. No caso do IFRS 17/CPC 50, a SUSEP ainda não referendou a adoção da norma. Além disso, há uma gestão de capital e solvência que requer um controle maior de liquidez, não praticado em outros mercados.

Diante desse cenário, a base de cálculo das destinações do resultado, segue as normas contábeis aplicáveis as seguradoras considerando as diretrizes do órgão regulador SUSEP, uma vez que a Companhia não possui outro fluxo de caixa relevante além daquele proveniente das empresas reguladas por tal órgão.

Na demonstração dos fluxos de caixa é possível verificar os dividendos declarados e pagos durante os anos de 2025 e de 2024.

4. ASG – Ambiental, Social e Governança

A sustentabilidade e o impacto social positivo são elementos centrais no modelo de negócio do grupo econômico ao qual a Companhia faz parte, reforçando nosso propósito de oferecer tranquilidade financeira a mais de 14 milhões de clientes e contribuindo para a estabilidade social e econômica do país.

Em 2025, avançamos em transparência com o lançamento do primeiro Relatório de Sustentabilidade do grupo econômico ao qual a Companhia faz parte e aprimoramos a gestão de riscos ASG. Entre as ações promovidas no ano, destacam-se o *workshop* de produtos sustentáveis, iniciativa de capacitação e ideação; a gestão de resíduos recicláveis; o lançamento do Programa de Voluntariado; e a conclusão do primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa.

Ao longo do ano, o grupo econômico ao qual a Companhia faz parte foi destaque no Prêmio Época NEGÓCIOS 360º 2025 e, também, foi reconhecido por sua atuação em inovação e tecnologia, conquistando o primeiro lugar no Prêmio GT de Disrupção em Inovação e o segundo lugar no *Gartner Eye on Innovation Awards for Insurance*. No âmbito setorial, o grupo venceu o Oscar do Seguro, na categoria Seguradora de Capitalização.

O grupo econômico ao qual a Companhia faz parte manteve, ao longo de 2025, o foco na promoção da equidade de gênero. No ano, as mulheres representavam 49,32% do quadro total de colaboradores (50,07% em 2024) do grupo econômico. Na alta gestão, a participação feminina alcançou 27,87% (29,82% em 2024); na média gestão, 48,32% (48,36% em 2024); e, no nível operacional, 50,07% (50,86% em 2024).

Em 2025 as mulheres representaram 50,28% das admissões, mantendo patamar semelhante ao observado em 2024 (50,14%) para o grupo econômico. Ao analisar a participação feminina por nível hierárquico, observa-se que, na alta gestão, as mulheres totalizaram 100% das novas contratações (0% em 2024); na média gestão, 42,86% (30,77% em 2024); e, no nível operacional, 50,28% (51,20% em 2024).

Distribuição remuneratória tota do grupo econômico

Gênero	31/12/2025			31/12/2024		
	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total
Feminino	14.052	2.562	16.614	13.417	2.430	15.847
Masculino	17.371	4.080	21.451	15.771	3.695	19.466
Total	31.423	6.642	38.065	29.188	6.125	35.313

Nota: A comparação entre os exercícios apontou variação de -1,95 p.p. na participação feminina na administração e diferença de R\$ 766 nos componentes remuneratórios.

O ano também foi marcado por reconhecimentos relacionados ao ambiente de trabalho. O grupo econômico ao qual a Companhia faz parte conquistou o Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV).

Em sua contribuição à sociedade, o Grupo retornou, em 2025, R\$ 137.713 em sinistros pagos (R\$ 126.334 em 2024), R\$ 772.530 em resgates (R\$ 686.244 em 2024), R\$ 20.632 em sorteios (R\$ 19.852 em 2024), R\$ 253.293 em pagamentos de dividendos (R\$ 135.000 em 2024) aos acionistas, R\$ 233.400 pagos à serviços de terceiros (R\$ 220.325 em 2024), R\$ 45.249 em tributos indiretos (R\$ 41.876 em 2024) e R\$ 112.171 em tributos diretos (R\$ 102.557 em 2024).

6. Auditores Independentes

Os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras foram prestados para Companhia e suas controladas pela KPMG Auditores Independentes Ltda até 31 de dezembro de 2024, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 669, em 2024. A partir de 1º de janeiro de 2025, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. passou a ser o novo fornecedor, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 786, em 2025.

7. Agradecimento

A Banrisul Icatu Participações S.A. e suas controladas aproveitam a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança.

Porto Alegre, 23 de março de 2026.

A Administração

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante		1.942	2.630	1.342.378	2.343.856
Caixa e equivalentes de caixa		42	44	23.930	38.964
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	5.2	–	–	111.951	–
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	5.3	858	677	1.145.952	2.240.962
Ativos de contratos de resseguro	7	–	–	11.263	15.371
Ativos financeiros – capitalização		–	–	–	57
Outros créditos operacionais	9	–	–	42.614	41.365
Títulos e créditos a receber:		1.042	1.909	6.666	7.137
Títulos e créditos a receber	10	–	946	4.083	4.757
Créditos tributários e previdenciários	11.1	1.042	963	2.583	2.379
Outros créditos a receber		–	–	–	1
Despesas antecipadas		–	–	2	–
Não circulante		281.640	335.542	7.629.237	5.991.253
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	5.1	–	–	220.919	226.840
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	5.2	–	–	439.751	504.128
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	5.3	–	–	6.951.519	5.244.389
Títulos e créditos a receber:		–	–	15.903	14.535
Depósitos judiciais e fiscais	12	–	–	15.903	14.535
Investimentos	13	281.546	335.448	–	–
Imobilizado		–	–	677	1.015
Intangível		94	94	468	346
Total do ativo		283.582	338.172	8.971.615	8.335.109

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Circulante		66	102	2.683.569	2.660.339
Contas a pagar:		66	102	52.455	59.427
Obrigações a pagar	14	56	83	37.400	44.446
Impostos e encargos sociais a recolher		10	19	5.268	5.343
Empréstimos e financiamentos		–	–	272	232
Impostos e contribuições	11.2	–	–	9.140	9.009
Outras contas a pagar		–	–	375	397
Passivos de contratos de seguro	6	–	–	1.189.999	1.218.817
Passivos financeiros – capitalização	15	–	–	2.416	2.387
Depósitos de terceiros	16	–	–	50	9
Passivos financeiros atuariais – capitalização	17	–	–	1.438.649	1.379.759
Não circulante		–	–	6.004.530	5.336.640
Contas a pagar:		–	–	230	503
Empréstimos e financiamentos		–	–	230	503
Passivos de contratos de seguro	6	–	–	5.967.850	5.305.010
Provisões judiciais	18.2	–	–	16.330	15.160
Tributos diferidos	11.3	–	–	20.120	15.967
Patrimônio líquido	19	283.516	338.070	283.516	338.070
Capital social		118.334	118.334	118.334	118.334
Reserva de lucros		170.934	246.737	170.934	246.737
Ajuste de avaliação patrimonial	(5.752)	(27.001)	(5.752)	(27.001)	(27.001)
Total do passivo e patrimônio líquido		283.582	338.172	8.971.615	8.335.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	Consolidado							
	Capital social	Reserva de lucros			Outras Reservas (IFRS17/CPC50)	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária					
Saldo em 1º de janeiro de 2024	118.334	23.667	146.995	60.192	(2.819)	-	346.369	
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	-	-	-	-	(15.804)	-	(15.804)	
Outros resultados abrangentes – IFRS 17/CPC 50	-	-	-	-	(8.378)	-	(8.378)	
Efeito da mudança de prática contábil	-	-	149	-	-	-	149	
Distribuição de dividendos intermediários (AGOE 29/04/2024)	-	-	(65.000)	-	-	-	(65.000)	
Distribuição de dividendos intermediários (AGE 30/09/2024)	-	-	(70.000)	-	-	-	(70.000)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	150.734	150.734	
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reserva estatutária	-	-	156.329	-	-	(156.329)	-	
Reversão de outras reservas – IFRS 17/CPC 50	-	-	-	(5.595)	-	5.595	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	118.334	23.667	168.473	54.597	(27.001)	-	338.070	
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	-	-	-	-	5.453	-	5.453	
Outros resultados abrangentes – IFRS 17	-	-	-	-	15.796	-	15.796	
Distribuição de dividendos intermediários (AGOE 28/04/2025)	-	-	(124.305)	-	-	-	(124.305)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	177.490	177.490	
Destinação do lucro líquido:								
Distribuição de dividendos intercalares (AGE 25/08/2025)	-	-	(44.168)	-	-	(32.404)	(76.572)	
Distribuição de dividendos intercalares (AGE 23/12/2025)	-	-	-	-	-	(52.416)	(52.416)	
Constituição de reserva estatutária	-	-	87.379	-	-	(87.379)	-	
Constituição de outras reservas – IFRS 17/CPC 50	-	-	-	5.291	-	(5.291)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	118.334	23.667	87.379	59.888	(5.752)	-	283.516	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de contratos de seguro	22.1	-	-	667.895	658.424
Despesas de contratos de seguro	22.2	-	-	(448.979)	(426.500)
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	23	-	-	(3.142)	4.906
Resultado de contratos de seguro e resseguro		-	-	215.774	236.830
Receita líquida com títulos de capitalização		-	-	157.440	144.105
Resultado com sorteios		-	-	(19.489)	(19.238)
Custo de aquisição		-	-	(34.314)	(30.838)
Outras receitas/(despesas) operacionais de capitalização		-	-	27.344	21.292
Resultado com operações de capitalização	24	-	-	130.981	115.321
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de seguro		-	-	4.118	(12.240)
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro		-	-	(35)	(415)
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas		242	714	83.861	70.203
Resultado financeiro líquido	25	242	714	87.944	57.548
Despesas administrativas	26	(892)	(1.456)	(134.163)	(145.028)
Outras receitas/(despesas) operacionais	27	-	-	(8.382)	(16.240)
Resultado patrimonial	13	178.140	151.476	-	-
Resultado antes dos tributos		177.490	150.734	292.154	248.431
Imposto de renda e contribuição social correntes	28	-	-	(111.136)	(101.427)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	-	(3.528)	3.730
Lucro líquido do exercício		177.490	150.734	177.490	150.734
Quantidade de ações		88.877.773	88.877.773	88.877.773	88.877.773
Lucro básico por ação	29.1	2,00	1,70	2,00	1,70
Lucro diluído por ação	29.1	2,00	1,70	2,00	1,70

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	177.490	150.734	177.490	150.734
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas e controladas (VJORA) (Nota 5.4)	9.089	(26.339)	9.089	(26.339)
Outros resultados abrangentes (VJORA) – IFRS 17/CPC 50 (Nota 13)	15.796	(8.378)	15.796	(8.378)
Efeito dos tributos	(3.636)	10.535	(3.636)	10.535
Total do resultado abrangente	198.739	126.552	198.739	126.552

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	177.490	150.734	177.490	150.734
Ajustes para:				
Depreciações e amortizações	-	-	351	343
Resultado de equivalência patrimonial	(178.140)	(151.476)	-	-
Despesas com juros	-	-	10	2
Variação dos passivos de contratos de seguro	-	-	1.050.670	899.246
Variação dos passivos financeiros atuariais de capitalização	-	-	791.820	546.592
Prescrição de títulos de capitalização	-	-	(17.998)	(17.665)
Variação das provisões judiciais	-	-	1.721	1.607
Variação dos tributos sobre o lucro	-	(1)	131	807
Despesas com tributos	-	36	114.311	100.952
Variações nas contas patrimoniais:				
Instrumentos financeiros	(181)	908	(653.773)	(1.131.461)
Ativos financeiros – capitalização	-	-	57	(4)
Outros créditos operacionais	-	-	(1.249)	(4.766)
Ativos de contratos de resseguro	-	-	4.108	(687)
Créditos fiscais e previdenciários	(79)	(199)	(204)	(392)
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	(1.368)	(811)
Outros ativos	(22.196)	24.979	(15)	(822)
Títulos e créditos a receber	946	(946)	675	181
Impostos e encargos sociais a recolher	(9)	4	(75)	1.289
Outras contas a pagar	(27)	20	(6.892)	(3.416)
Passivos financeiros – capitalização	-	-	(773.793)	(531.687)
Depósitos de terceiros	-	-	41	(164)
Passivos de contratos de seguro	-	-	(416.648)	32.413
Passivos financeiros atuariais – capitalização	-	-	58.890	226.156
Pagamentos judiciais	-	-	(551)	(252)
Tributos diferidos	-	-	4.153	(14.615)
Outros passivos	21.249	(24.033)	21.239	(24.035)
Caixa gerado/(consumido) das operações	(947)	26	353.101	232.545
Recebimento de dividendos	254.238	135.000	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	-	(36)	(114.311)	(100.952)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	253.291	134.990	238.789	131.593
Atividades de investimento				
Pagamento pela compra:				
Intangível	-	-	(122)	(101)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	-	-	(122)	(101)
Atividades de financiamento				
Juros pagos	-	-	(10)	(2)
Pagamento de dividendos	(253.293)	(135.000)	(253.293)	(135.000)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(399)	(366)
Caixa líquido consumido das atividades de financiamento	(253.293)	(135.000)	(253.702)	(135.368)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2)	(10)	(15.034)	(3.876)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	44	54	38.964	42.840
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	42	44	23.930	38.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Banrisul Icatu Participações S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída segundo as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Rua Siqueira Campos, n.º 1163, 6º andar, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia tem como objetivo participar como sócia ou acionista de outras sociedades e suas controladas atuam nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta e nos segmentos de capitalização.

A Companhia é uma controlada direta da Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A. e em última instância pelo Grupo Icatu, representada pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda., e possui como sócio o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A..

A seguir, é demonstrado a quantidade de ações pertencentes aos acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

Composição acionária	ON		%
	31/12/2025	31/12/2024	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	44.429.999	49,99	
Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.	44.447.774	50,01	
Total	88.877.773	100,00	

Nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Demonstrações), a Banrisul Icatu Participações S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo" é usado para tratar o conjunto formado pela Banrisul Icatu Participações S.A., pela suas controladas e os fundos de investimentos dos quais essas empresas são as únicas cotistas, denominados "Fundos Exclusivos".

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações são preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as normas contábeis internacionais – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas incluem os balanços patrimoniais, as demonstrações dos resultados, as demonstrações dos resultados abrangentes, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e as demonstrações dos fluxos de caixa.

A administração considera que o Grupo possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações foram preparadas com base nesse princípio.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados. As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 23 de março de 2026.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- (I) Equivalentes de caixa;
- (II) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) (notas 5.3. e 5.4.);
- (III) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) (notas 5.2. e 5.4.);
- (IV) Passivos de contratos de seguro (notas 6.1. e 6.2.); e
- (V) Passivos financeiros atuariais – capitalização (nota 17).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades do Grupo são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Consolidação

As práticas contábeis e de consolidação foram aplicadas de forma consistente em todas as empresas consolidadas. As Demonstrações Financeiras abrangem informações da Companhia, das controladas diretas Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. Além disso, são apresentadas as participações nos fundos exclusivos, conforme detalhado a seguir:

CNPJ	Nome do fundo	Classificação	Classificação	%
16.687.215/0001-62	Rio Grande Prev II FIF RF	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
16.687.228/0001-31	Rio Grande Prev I FIF RF	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
33.269.310/0001-65	Rio Grande Prev III FIF RF	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
33.520.997/0001-60	Rio Grande Minha Aposentadoria 2030 Fc de FIF MM Prev	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
34.081.311/0001-44	Rio Grande Minha Aposentadoria 2040 Fc de FIF MM Prev	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
47.543.107/0001-40	Rio Grande Absoluto FIF RF Créd Priv Prev	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
29.045.297/0001-93	Rio Grande Moderado Prev FIF RF	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
14.843.771/0001-55	Icatu Vanguarda Rio Grande Seguros Soberano FIF - CI RF	Exclusivo	Recursos Próprios	100,0%
53.480.514/0001-58	Rio Grande Igaraté FICFIF Mult Prev	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
26.978.178/0001-03	Icatu Vanguarda Cap Banrisul Soberano FIF - CI RF	Exclusivo	Recursos Próprios	100,0%

As principais práticas contábeis utilizadas para elaboração das Demonstrações, estão descritas a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as empresas controladas, bem como os saldos das receitas e despesas entre as controladas;
- b) Eliminação dos investimentos da controladora nas empresas controladas; e
- c) Consolidação dos fundos de investimentos exclusivos.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

3.1. Segregação entre circulante e não circulante

O Grupo efetua a revisão dos valores registrados no ativo circulante e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

- Os títulos e valores mobiliários a valor justo por meio do resultado (VJR) são classificados de acordo com o modelo de negócios;
- Os ativos e passivos sujeito à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas; e
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3. Instrumentos financeiros

3.3.1. Mensuração e classificação

O Grupo determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do IFRS 9/ CPC 48 – Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como o Grupo faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.3.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o resultado da aplicação do modelo de perdas de crédito esperadas para os referidos ativos financeiros foi imaterial.

3.3.1.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estarem disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o resultado da aplicação do modelo de perdas de crédito esperadas para os referidos ativos financeiros foi imaterial.

3.3.1.3. Valor justo por meio do resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.3.2. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo;
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

3.3.3. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

3.3.3.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, o Grupo deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, o Grupo deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, o Grupo deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. O Grupo avalia a recuperação dos ativos financeiros a cada data de balanço. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.3.3.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor de valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixas futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente.

As perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

O Grupo avalia a recuperação dos ativos não financeiros a cada data de balanço. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.4. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas". Os depósitos referentes a processos cíveis e trabalhistas são atualizados monetariamente pela taxa referencial (TR) + 0,5% ao mês e os fiscais atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

3.5. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica "Imobilizado", pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida nas rubricas "Empréstimos e financiamentos" no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um *spread* de risco, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para a seguradoras, pelas limitações específicas do negócio, fica-se com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizar como *rating*, um grau de investimento, para assim, utilizar as *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA;
- Utilizar o capital *rate* do imóvel da matriz como *spread*; e
- Levantar em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do arrendamento mercantil é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.6. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.6.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

3.6.2. PIS e COFINS diferidos

Para fins estatutários, o Grupo constituiu crédito tributário de PIS e COFINS decorrente dos passivos financeiros de seguros, que são provisões que serão pagas futuramente. Essa constituição foi realizada conforme legislação em vigor.

3.7. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno do Grupo, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo tribunal, cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passou-se a adotar a atualização prevista na Lei nº 14.905/2024.

O Grupo adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada "provável" e para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais" no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial são atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos do Grupo e dos consultores legais independentes, e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente ao Grupo em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certa.

3.8. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

3.9. Classificação de contratos

A controlada Rio Grande Seguros e Previdência S.A. avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsecamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação.

Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados na nota explicativa 3.5.

3.10. Contratos de seguro e resseguro

3.10.1. Avaliação dos contratos de seguro e resseguro

O IFRS17/CPC 50 é aplicável a todos os contratos de seguro, incluindo contratos de resseguro, contratos de resseguro mantidos e contratos de investimentos com características de participação discricionária que sejam emitidos por uma seguradora. O Grupo avaliou os seus contratos de seguros emitidos, resseguro mantidos e considerou que esses encontram-se dentro do alcance do normativo, com exceção dos produtos de capitalização.

Os produtos de capitalização não estão incluídos no escopo de aplicação do IFRS 17/CPC 50, uma vez que não apresentam um risco segurado significativo de uma outra parte, no qual aceita compensar o segurado no caso de um evento futuro incerto afetar de modo negativo o segurado. Os títulos de capitalização emitidos pelo grupo econômico são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros, de acordo com o IFRS 9/CPC 48.

Um contrato de seguro é aquele em que uma parte aceita risco de seguro significativo de outra parte. O risco de seguro é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor.

Um contrato de investimento com participação discricionária é um contrato segundo o qual o detentor recebe um pagamento adicional, cujo valor ou prazo fica contratualmente a critério do emissor.

3.10.2. Separação de componentes

O IFRS 17/CPC 50 define que, após classificar os contratos em seu escopo, a entidade deve avaliar se esses possuem:

- Algum derivativo embutido;
- Componentes distintos de investimento; ou
- Um bem distinto ou serviço não relacionado a seguro.

Um componente de investimento é distinto se o fluxo de caixa não estiver altamente inter-relacionado com o contrato de seguro e se o titular da apólice puder comprar um contrato com termos e condições equivalentes na mesma jurisdição.

Um bem ou serviço não relacionado a seguro é distinto se o titular da apólice puder se beneficiar do bem ou serviço sozinho ou em conjunto com outros recursos prontamente disponíveis para o titular da apólice.

O Grupo avaliou os contratos no escopo do normativo e concluiu não haver componentes a serem separados.

3.10.3. Nível de agregação

Para fins de mensuração, o IFRS 17/CPC 50 exige que os contratos de seguro emitidos e resseguro mantidos sejam agregados com base em riscos semelhantes e administrados em conjunto, os quais devem ser segregados por safras, ou seja, por um intervalo máximo de 12 meses e depois divididos em três categorias:

- Grupos de contratos onerosos no reconhecimento inicial;
- Grupos de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro; e
- Grupos de contratos remanescentes na carteira, se houver.

Essas agregações são denominadas grupos de contratos.

Cada contrato dentro do escopo da norma foi avaliado com o intuito de se classificar os grupos conforme as definições do normativo. Não foi constatado onerosidade nos grupos de contratos do Grupo e não foi identificado contratos com a possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro, na análise de onerosidade avaliamos indícios de contratos potencialmente onerosos no reconhecimento inicial, ou seja, se o contrato possuía uma saída líquida de caixa. Além disso, os grupos de contratos do Grupo são segregados por safras anuais.

A seguir apresentamos um resumo dos produtos do Grupo que estão sob o alcance do IFRS 17/CPC 50:

(I) A carteira Vida foi dividida em quatro grupos: carteiras Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual e Vida em Grupo.

1. A carteira Habitacional contempla produtos que possibilitam o pagamento das parcelas de dívida do segurado correspondente ao saldo devedor a vencer na data do sinistro relativo ao financiamento para aquisição, reforma ou construção do imóvel, ou a reposição desse, na ocorrência de sinistro coberto, conforme cobertura aplicável;

2. A carteira Prestamista/Rural contempla produtos cujo objetivo é amortizar ou custear, total ou parcialmente, obrigação assumida pelo devedor até o limite do capital segurado contratado, no caso de ocorrência de sinistro coberto, conforme cobertura aplicável;

3. A carteira Vida Individual contempla produtos cujo objetivo é garantir o pagamento de uma indenização ao segurado, ou aos seus beneficiários, no caso de ocorrência de sinistro coberto, conforme cobertura aplicável; e

4. A carteira Vida em Grupo contempla produtos cujo objetivo é garantir o pagamento de uma indenização ao segurado, ou aos seus beneficiários no caso de ocorrência de sinistro coberto, conforme cobertura aplicável.

(II) A carteira Previdência foi dividida em dois grupos: carteiras PGBL/VGBL e Risco Previdência.

1. A carteira PGBL/VGBL contempla produtos que, ao longo do período de pagamento do benefício, garantem um valor mensal vitalício ou por prazo determinado, a depender da escolha do participante, calculado com base na taxa de juros, na sobrevivência da tábua biométrica e na atualização monetária anual; e

2. A carteira Risco Previdência contempla produtos que garantem pagamento de renda, no caso de morte e/ou invalidez do segurado.

(III) A carteira Resseguro Mantido contempla produtos que garantem diversificação do nível de tolerância ao risco do negócio da seguradora.

3.10.4. Limite contratual

Conforme as diretrizes estabelecidas pelo IFRS 17/CPC 50, os fluxos de caixa estão incluídos no âmbito dos contratos de seguro quando decorrem de compromissos e direitos existentes durante o período das Demonstrações. Isso ocorre quando a entidade pode exigir que o segurado pague prêmios ou a entidade seja obrigada a fornecer cobertura de seguro ao segurado.

Para fins de projeção de fluxos de caixa, o limite contratual é a data a partir da qual a entidade tem a capacidade de reavaliar os riscos e estabelecer novos prêmios ou alterar as bases técnicas da cobertura dos contratos de seguro.

3.10.5. Reconhecimento inicial

O Grupo reconhece grupos de contratos de seguro emitidos ao ocorrer o primeiro dos seguintes eventos:

- Início do período de cobertura do grupo de contratos;
- A data de vencimento do primeiro pagamento do primeiro titular de apólice no grupo; ou
- A data quando um grupo de contratos se torna oneroso.

Novos contratos são incluídos no grupo quando atendem os critérios de reconhecimento dentro do período das demonstrações financeiras, até o momento em que todos os contratos que se espera que sejam incluídos no grupo tenham sido reconhecidos.

3.10.6. Modelos de mensuração

Para mensurar o passivo de cobertura remanescente (LRC – *Liability for Remaining Converge*) dos seus contratos de seguros emitidos e resseguro mantidos, o Grupo aplica o modelo de mensuração geral (BBA - *Building Block Approach*), o modelo de taxa variável (VFA - *Variable Fee Approach*) e o modelo de alocação de prêmios (PAA - *Premium Allocation Approach*).

O Grupo aplica a abordagem de mensuração BBA para às carteiras Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual, Vida em Grupo e Risco Previdência.

Como variação do BBA, o modelo de taxa variável (VFA) segue os mesmos princípios desse, mas a mensuração posterior difere em relação à mensuração da CSM. Essa abordagem de mensuração é aplicada a contratos de participação direta que são contratos de seguros substancialmente relacionados a investimentos. Além disso, nesses tipos de contratos, a responsabilidade para com os segurados está vinculada aos itens subjacentes. Itens subjacentes são definidos como itens que determinam alguns dos valores a pagar a um tomador de seguro como, por exemplo, carteira de referência de ativos, ativos líquidos da entidade ou subconjunto específicos dos ativos líquidos da entidade.

Para a carteira de PGBL/VGBL elaboramos um estudo qualitativo e quantitativo que confirmou a classificação destes contratos como contratos de seguros com características de participação direta substancialmente relacionados a um investimento, sendo mensurados pelo modelo VFA.

Além do BBA e do VFA, o IFRS 17/CPC 50 disponibiliza, como forma de simplificar o processo de mensuração, o modelo de alocação de prêmios (PAA). Esse modelo simplificado é aplicável a contratos com limite contratual de um ano ou menos e contratos de mais de um ano para os quais o Grupo, razoavelmente, espera-se que o passivo de cobertura remanescente não difira materialmente daquela sob o BBA. Embora o Grupo não emita contratos de resseguro, esse possui contratos cedidos a resseguradoras e aplica o modelo de mensuração PAA, por esses contratos atenderem os critérios supracitados.

3.10.7. Método de mensuração e avaliação dos fluxos de caixa de cumprimento – BBA e VFA

No reconhecimento inicial, exceto para o PAA, o Grupo mensura um grupo de contratos de seguros como o total:

(I) Dos fluxos de caixa do cumprimento contratual, que compreendem as estimativas dos fluxos de caixa futuros, ajustados para refletir o valor do dinheiro no tempo, e o ajuste de risco não financeiro; e

(II) Da margem de serviço contratual – CSM.

Os fluxos de caixa futuros projetados consideram a expectativa média de entradas e saídas de caixa relacionadas ao grupo de contratos de seguro dentro do limite de cada contrato no grupo em cada data de avaliação. Os principais fluxos considerados nos fluxos de entrada são: as contribuições, os aportes e prêmios; e nos fluxos de saída, os resgates, os benefícios, os sinistros e despesas.

Para a projeção desses fluxos são definidas premissas com base na experiência passada do Grupo e com base em referência e parâmetros de mercado. Dentre as principais premissas utilizadas estão: a taxa de conversão em renda, a taxa de resgate e portabilidade, novas contribuições para planos de previdência, a taxa de cancelamento, a sinistralidade e a taxa de sobrevivência.

O Grupo reconhece a responsabilidade por sinistros incorridos de um grupo de contratos de seguro pelo valor dos fluxos de caixa de cumprimento contratual relacionados a sinistros ocorridos.

Na mensuração subsequente, os fluxos de caixa de cumprimento dos grupos de contratos de seguro são mensurados na data do balanço utilizando estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto atuais e estimativas atuais do ajuste de risco não financeiro. As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento são reconhecidas como seguam:

(I) Alterações relacionadas aos serviços futuros: ajustadas em relação à CSM;

(II) Alterações relacionadas aos serviços atuais ou passados: reconhecidas na prestação de serviços de seguro com impacto no resultado; e

(III) Efeitos do valor do dinheiro no tempo e risco financeiro: reconhecidos como receitas ou despesas financeiras de seguro.

As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento contratual que se referem a serviços futuros compreendem:

(I) Ajustes de experiência decorrentes de prêmios recebidos, relacionados a serviços futuros e respectivos fluxos de caixa;

(II) Mudanças nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo de cobertura remanescente; e

(III) Mudanças no ajuste de risco não financeiro que se relacionam aos serviços futuros.

Na mensuração subsequente, o valor contábil de um grupo de contratos de seguro em cada data base é a soma da responsabilidade pela cobertura remanescente e pelos sinistros incorridos.

(I) O passivo para a cobertura remanescente inclui:

1. Os fluxos de caixa do cumprimento contratual que correspondem os serviços que serão prestados nos termos contratuais em períodos futuros; e

2. Qualquer CSM remanescente nessa data.

(II) O passivo de sinistros incorridos inclui a realização de fluxos de caixa para sinistros incorridos e despesas que ainda não foram pagas, incluindo sinistros ocorridos, mas não avisados.

3.10.8. Modificação e desconhecimento de contratos

3.10.8.1. Modificação de contratos

O Grupo avalia as alterações realizadas nos contratos de seguro modificam direitos e obrigações substantivos.

(I) Quando a mudança teria resultado em um contrato significativamente diferente se existente na data de emissão, o contrato original é desconhecido e um novo contrato é reconhecido; e

(II) Quando as alterações não afetam substancialmente riscos, benefícios ou fluxos de caixa futuros, a modificação é tratada como ajuste prospectivo do contrato existente.

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

3.10.8.2. Desreconhecimento de contratos

O Grupo desreconhece um contrato quando:

- (I) As obrigações contratuais forem totalmente extintas, seja pelo pagamento integral dos benefícios ou término da cobertura; ou
- (II) O contrato for transferido para outra entidade, como em operações de transferência de carteira.

Nessas situações, ativos e passivos relacionados são baixados, e eventuais ajustes remanescentes são reconhecidos no resultado do período.

3.10.9. Taxa de desconto

A taxa de desconto é a taxa utilizada para refletir o valor do dinheiro no tempo. Essa pode ser construída a partir de duas metodologias: *top-down* ou *bottom-up*. A metodologia utilizada pelo Grupo é a *bottom-up*.

O cálculo da taxa de desconto é realizado a partir de uma taxa livre de risco, considera-se a ETTJ prefixada, sobre a qual se acrescenta o prêmio de liquidez para os grupos de contratos de seguro que não apresentam liquidez elevada. Os efeitos da taxa de desconto são registrados no resultado do exercício.

As taxas de desconto utilizadas pelo Grupo para descontar os fluxos de caixa no fechamento destas Demonstrações são:

	1 ano		3 anos		5 anos		10 anos		20 anos	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
BBA	1,11%	1,43%	1,21%	1,34%	1,26%	1,28%	1,11%	1,17%	0,84%	1,14%
VFA	1,06%	1,42%	1,16%	1,32%	1,21%	1,26%	1,06%	1,16%	0,78%	1,12%
PAA (*)	1,06%	1,42%	1,16%	1,32%	1,21%	1,26%	1,06%	1,16%	0,78%	-

(*) Os contratos mensurados pelo PAA só possuem saldos maiores que um ano no passivo de sinistros incorridos.

3.10.10. Ajuste de risco não financeiro (RA)

O ajuste de risco não financeiro (RA) é o ajuste feito pelo Grupo na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a compensação que ela exigiria para arcar com o risco da incerteza no valor e tempestividade dos fluxos de caixa decorrentes de riscos não financeiros. O Grupo optou pela metodologia do nível de confiança para todas as carteiras.

A metodologia do nível de confiança é baseada em recalcular os fluxos de caixa do contrato em um cenário de estresse definido. Nesse caso, o ajuste de risco será a diferença entre os fluxos de caixa do seguro no cenário de estresse definido e o fluxo de caixa do seguro no cenário base.

O percentil equivalente ao ajuste de risco não financeiro é de 75% para todas as carteiras em todos os períodos apurados.

3.10.11. Reconhecimento da margem contratual de seguros (CSM)

A margem contratual de seguros (CSM) de um grupo de contratos de seguro representa o lucro não realizado que o Grupo reconhecerá conforme ocorra a prestação dos serviços. No reconhecimento inicial, o resultado dos nossos fluxos de caixa de cumprimento contratual representou uma entrada líquida, portanto o Grupo não tem contratos onerosos.

O valor da CSM para cada grupo de contratos de seguro deve ser reconhecido no resultado em cada período para refletir a prestação das coberturas dos contratos de seguro. O valor é determinado identificando as unidades de cobertura, alocando à CSM no final do período, igualmente para cada unidade de cobertura fornecida no período corrente e que se espera que seja fornecida no futuro e, reconhecendo no resultado o valor alocado a unidades de cobertura fornecidas no período.

Para os grupos de contratos medidos pelo modelo de mensuração geral (BBA) e pelo modelo de taxa variável (VFA), a alocação da CSM é calculada ao longo da vida do grupo de contratos de forma que reflita sistematicamente a transferência dos benefícios do seguro e/ou investimento ao longo de vigência do contrato. Levando em consideração os seguintes componentes:

- (I) Vida: Capital segurado para contratos com coberturas de capital segurado fixo; Quantidade de ativos para contratos com coberturas de capital variável/vinculado;
- (II) Previdência: Acumulação – saldo acumulado; concessão – renda; pecúlio e renda.

O Grupo aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar as coberturas de contratos de seguros prestados para cada grupo de contratos e, portanto, as unidades de cobertura. As unidades de cobertura são revisadas e atualizadas a cada data de balanço.

A CSM em cada data base é o valor contábil no início do exercício, ajustado por:

- (I) CSM de novos contratos que sejam adicionados ao grupo no exercício;
- (II) Juros acumulados sobre o valor contábil da CSM durante o exercício;
- (III) Mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento contratual relacionados a serviços futuros; e
- (IV) O valor reconhecido como receita de seguro em função dos serviços prestados no exercício.

3.10.12. Abordagem de transição

Segundo o IFRS 17/CPC 50, a entidade deve aplicar a abordagem retrospectiva total para os grupos de contratos de seguro na data de transição, a menos que essa seja impraticável. Nesse caso, a entidade necessita escolher entre a abordagem retrospectiva modificada ou a abordagem ao valor justo. Entretanto, caso a entidade não possua informações razoáveis e sustentáveis para mensurar os contratos a partir da abordagem retrospectiva modificada, ela deve, obrigatoriamente, utilizar a abordagem do valor justo.

O Grupo determinou que a abordagem retrospectiva completa foi adotada para contratos de seguros que serão mensurados de acordo com o PAA, correspondente à carteira: Resseguro mantido.

Para os contratos mensurados pelo BBA e VFA, o Grupo utilizou a abordagem de transição ao valor justo para os contratos nas carteiras: Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual, Vida em Grupo, PGVL/VGBL e Risco Previdência.

A decisão de utilizar a abordagem ao valor justo foi baseada na indisponibilidade de informações na granularidade necessária para a utilização da abordagem de transição retrospectiva completa nessas carteiras.

Sob a abordagem ao valor justo, a margem contratual de seguros (CSM) na data de transição representa a diferença entre o valor justo determinado pelo Grupo e os fluxos de caixa de cumprimento, que são uma estimativa ajustada ao risco, explícita, imparcial e ponderada pela probabilidade do valor presente dos fluxos de caixa futuros que surgirão à medida que a entidade cumprir os contratos.

3.10.13. Reconhecimento da receita de seguros

O Grupo emite contratos de seguros e no reconhecimento da receita proveniente desses contratos, reduz seu passivo de cobertura remanescente (LRC) e reconhece a receita de seguros, que é mensurada pelo valor que o Grupo espera receber em troca da prestação das coberturas dos contratos de seguro.

Para grupos de contratos de seguro mensurados pelo modelo de mensuração geral (BBA) e pelo modelo de taxa variável (VFA), a receita de seguros é composta pela soma das mudanças no LRC devido a:

- (I) Despesas com cobertura de seguros incorridas no período (mensuradas pelos valores esperados no início do período);
- (II) Mudanças no ajuste de risco para risco não financeiro;
- (III) O valor a ser liberado da margem contratual de seguros (CSM) pelas coberturas prestadas no período; e
- (IV) Outros valores, como ajustes de experiência para recebimentos de prêmios, sinistros e despesas relacionados ao período atual ou passado, se houver.

A receita de seguros também inclui a parcela de prêmios relacionada à recuperação dos fluxos caixa de aquisição de seguros incluídos nas despesas com cobertura de seguros em cada período. Ambos os valores são medidos de forma sistemática com base na passagem do tempo.

Ao aplicar o modelo de alocação de prêmios (PAA), o Grupo mensura o valor contábil do LRC periodicamente, considerando as entradas de prêmios recebidos no período, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros; mais quaisquer valores relativos à amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidos como despesa no período de relatório para o Grupo; menos o valor reconhecido como receita de seguro pelos serviços prestados no período; menos qualquer componente de investimento pago ou transferido para a LIC. Adicionalmente, o Grupo estima a LIC como o cumprimento dos fluxos de caixa relacionados aos sinistros ocorridos.

3.10.14. Reconhecimento da despesa de seguros

As despesas com cobertura de seguros decorrentes de um grupo de contratos de seguro emitidos são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas, compreendendo os seguintes itens:

- (I) Alterações nas estimativas do passivo de sinistros incorridos (LIC - *Liability for Incurred Claims*) relacionadas a sinistros e despesas incorridas no período, excluindo o reembolso de componentes de investimento;
- (II) Alterações nas estimativas do passivo de sinistros incorridos (LIC) relacionadas a sinistros e despesas incorridas em períodos anteriores, relacionadas a coberturas passadas;
- (III) Outras despesas de cobertura de seguro diretamente atribuíveis incorridas no período;
- (IV) Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros; e
- (V) Mudanças no passivo de cobertura remanescente (LRC) relacionadas a cobertura futura que não ajustam a margem contratual de seguros (CSM), pois são mudanças no componente de perda nos grupos de contratos onerosos.

As despesas líquidas com contratos de resseguro compreendem alocação de prêmios de resseguro pagos deduzidos dos valores recuperados junto às resseguradoras. O Grupo reconhece uma alocação de prêmios de resseguro pagos no resultado à medida que recebe serviços sob grupos de contratos de resseguro. Para esses contratos que são mensurados pelo modelo PAA, a alocação de prêmios de resseguro pagos por cada período é o valor dos pagamentos esperados de prêmios referentes ao recebimento dos serviços prestado.

3.10.15. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras de seguros compreendem as variações nos valores contábeis dos contratos de seguro e resseguro dos efeitos do valor do dinheiro no tempo e do risco financeiro.

Para as carteiras mensuradas de acordo com o modelo de mensuração geral (BBA) e de alocação de prêmios (PAA), o Grupo optou pela desagregação das receitas e despesas financeiras de seguros em valores apresentados no resultado do período e valores apresentados em resultados abrangentes, segundo o IFRS 17/CPC 50.

Os valores apresentados em resultados abrangentes são aqueles decorrentes da diferença entre o fluxo de cumprimento contratual descontado a valor presente pela taxa corrente e o mesmo fluxo descontado pela taxa do reconhecimento inicial do grupo de contratos de seguro.

3.11. Passivos financeiros atuariais – capitalização

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, que são de pagamento único e mensal. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio e/ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates.

O Grupo constitui passivos financeiros para assegurar o equilíbrio financeiro e cumprimento das obrigações. A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) reflete os pagamentos dos subscritores, deduzidos de cotas de sorteio e carregamento, com juros e correção. A Provisão para Distribuição de Bônus (PDB) cobre bônus futuros, com juros e correção. A Provisão para Resgates (PR) inclui valores de resgates pendentes, ajustados até o pagamento. A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) cobre sorteios não realizados, e a Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) inclui prêmios pendentes. A Provisão para Despesas Administrativas (PDA), descontinuada após 2024, cobria despesas futuras. A Provisão de Receitas Diferidas (PRD), iniciada em 2024, cobre receitas futuras de quotas de carregamento.

3.11.1. Prescrição de títulos

O Grupo adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no código civil. Em regra, os títulos são prescritos em cinco anos.

3.12. Resultado com operações de capitalização

De acordo com o IFRS 9/CPC 48, o reconhecimento da receita é:

- (I) O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
- (II) O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela Controlada que opera com capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminadas em estudo técnico, para a quota de carregamento.

Os correspondentes passivos financeiros de capitalização são constituídos simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

3.13. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como:

- (I) Instrumentos financeiros (nota 3.3.);
- (II) Valor recuperável (*impairment*) dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado (nota 3.3.3.);
- (III) Valor recuperável dos créditos tributários (nota 3.6.);
- (IV) Valor das provisões judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil ("possível", "provável" e "remota") (nota 3.7.);
- (V) Passivo dos contratos de seguro e resseguro (nota 3.10.); e
- (VI) Passivos financeiros atuariais – capitalização (nota 3.11.).

Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do exercício.

3.14. Informações por linhas de negócio operacionais

O Grupo oferece produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil, predominantemente na região sul.

Embora não haja uma obrigação regulatória de divulgar informações por segmento de acordo com o IFRS 8/CPC 22, o Grupo optou por estruturar suas operações comerciais com base nesse referencial. Tal decisão visa adequar suas linhas de negócio operacionais por meio de critérios qualitativos e quantitativos, levando em consideração as semelhanças entre os serviços e produtos oferecidos. Isso possibilita a determinação de segmentos reportáveis que melhor refletem a estrutura e a diversidade das atividades do Grupo:

- (I) Vida: considera os produtos das carteiras Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual, Vida em Grupo e Resseguro;
- (II) Previdência: considera os produtos das carteiras PGBL/VGBL e Risco Previdência;
- (III) Capitalização: considera os produtos da carteira de capitalização de pagamento único (PU) e mensal (PM); e
- (IV) Outros: considera os ativos, passivos, receitas e despesas não relacionadas diretamente as operações de seguro, resseguro e capitalização.

O detalhamento está apresentado na nota explicativa 21.

3.15. Novas normas ainda não adotadas

3.15.1. IFRS 18/CPC 51 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

A nova norma, emitida em abril de 2024, substitui o IAS 1/CPC 26 - Apresentação de Demonstrações Contábeis e introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; maior transparência para as despesas operacionais; e requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O IFRS 18/CPC 51 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. O Grupo está avaliando os impactos da nova norma.

3.15.2. IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros

O IASB publicou alterações na IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros e na IFRS 7/CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciando, em maio de 2024, envolvendo novos critérios de divulgação, ajustes na classificação de ativos financeiros e mudanças relacionadas ao desreconhecimento de passivos financeiros. Essas alterações possuem vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, estando sua adoção no Brasil condicionada à regulamentação pelos órgãos competentes.

3.15.3. Reforma Tributária sobre o consumo

Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece os fundamentos da reforma tributária, que unificará, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas novas cobranças: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta grande parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que trata do Comitê Gestor do IBS e da repartição da arrecadação do imposto, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação do Senado.

A partir de janeiro de 2026, terá início o período de testes e adaptação da Reforma Tributária, com a implementação gradual da CBS e do IBS, conforme cronograma vigente até 2033. Em 2026, os esforços se concentrarão na aplicação das alíquotas simbólicas (0,9% para CBS e 0,1% para IBS), na adequação dos sistemas internos às plataformas disponibilizadas pelo Comitê Gestor e em um modelo de fiscalização predominantemente orientativo.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto de acompanhamento da evolução da reforma e de seus impactos operacionais, com foco na adequação progressiva aos dispositivos a serem regulamentados pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor. A Companhia segue, sem atrasos, com o projeto interno de adequação de seus sistemas e processos à reforma tributária, visando o atendimento à lei.

3.15.4. IFRS S1 / CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 / CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima

O Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), em setembro de 2024, aprovou os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02 que tratam da divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades associados à sustentabilidade e às mudanças climáticas. Posteriormente, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou as NBC TDS 01 e NBC TDS 02, estabelecendo sua aplicação para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

3.15.5. Lei nº 15.270/2025 – Tributação de dividendos

A partir de 1º de janeiro de 2026, dividendos superiores a R\$ 50 mil mensais por pessoa física (da mesma fonte pagadora) terão retenção de 10% de Imposto de Renda na fonte, conforme a Lei nº 15.270/2025. A isenção permanece para lucros, cujas atas de distribuição sejam registradas até 31 de dezembro de 2025.

Não haverá retenção para lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025 cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025, prorrogada por liminar concedida pelo STF até 31 de janeiro de 2026.

A Companhia avaliou seu fluxo de caixa e antecipou o pagamento de dividendos ainda no ano calendário 2025.

4. Gestão de riscos

O Grupo possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, o Grupo consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo do Grupo.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo, seguem as orientações do órgão regulador e demais entes de regulação de suas controladas, que conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal, garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração. Para executar sua função, o Grupo nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: (i) identificação; (ii) mensuração; (iii) manutenção; (iv) tratamento de riscos; e (v) monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, o Grupo adota o sistema de controles internos composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do Grupo estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

- (I) Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo; e
- (II) Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado abaixo:

1. As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos;
2. A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo; e
3. A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas. Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo está disposto a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos formalizados pela empresa.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade da exposição ao risco entre as supervisionadas.

4.1. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariam as expectativas do Grupo, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, a determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de riscos do Grupo tem por objetivo dar suporte na venda e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Ao controlar o risco de subscrição com políticas, regras e diretrizes existentes, o Grupo visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como estratégias de transferência de risco.

O Grupo subscrive seguros, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, visando obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para as carteiras, é adotada política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. Destaca-se que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias, documentos nos quais são formalmente aprovados e riscos determinados divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, o Grupo cede riscos por meio de contratos de resseguro para limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre conforme a política de resseguro e diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, o Grupo possui contratos de resseguro específicos.

4.1.1. Principais riscos associados aos seguros de vida

Os principais riscos associados aos seguros de pessoas são: risco de mortalidade; de morbidade e de invalidez. Eles representam desafios significativos e tem implicações financeiras substanciais e podem afetar diretamente a saúde financeira e a solidez do Grupo.

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

A seguir, verifica-se uma análise dos riscos associados a esses eventos e as estratégias de mitigação adotadas pelo Grupo:

- (I) Risco de mortalidade: refere-se à probabilidade de um segurado falecer durante o período de cobertura estabelecido. Esse é um risco relevante, pois pode impactar diretamente as obrigações futuras do Grupo;
- (II) Risco de morbilidade: refere-se à probabilidade de um segurado apresentar alguma doença ou lesão durante o período de cobertura, resultando em custos médicos e/ou incapacidade laboral; e
- (III) Risco de invalidez: refere-se à probabilidade de um segurado se tornar incapacitado permanentemente e de exercer atividades laborais devido à doença ou lesão, resultando em perda de renda e necessidade de benefícios por incapacidade.

Dentre as estratégias para a mitigação dos riscos adotadas pelo Grupo, cita-se:

- a) A diversificação da carteira a fim de mitigar a exposição a riscos concentrados, ao diversificar por idade, sexo, histórico médico e outras características a ampla base de segurados;
- b) As reavaliações atuariais periódicas para atualização de premissas a fim de refletir com precisão as tendências das carteiras do Grupo;
- c) A adoção de contratos de resseguro com a finalidade de transferir parte dos riscos supracitados para limitar a exposição financeira do Grupo a eventos extremos; e
- d) A adequação do passivo para cobrir as obrigações futuras relacionadas a benefícios por morte e invalidez, levando em consideração os custos de indenizações e despesas administrativas.

4.1.2. Principais riscos associados aos planos de previdência

Os principais riscos associados aos planos de previdência que oferecem coberturas por sobrevivência (PGBL/VGBL) e de risco por morte e invalidez (Risco Previdência) são: risco biométrico, comportamental e de mercado.

A seguir, verifica-se uma análise dos riscos associados a esses eventos e as estratégias de mitigação adotadas pelo Grupo:

- (I) Risco biométrico: refere-se à ocorrência de desvios entre as hipóteses demográficas utilizadas nas avaliações atuariais como, as probabilidades de mortalidade, invalidez e morbilidade e as ocorrências efetivas nos planos de previdência complementar;
- (II) Risco comportamental: refere-se quanto à experiência de persistência do participante. Um elevado nível de desistência pode impactar significativamente o resultado do Grupo; e
- (III) Risco de mercado: refere-se às flutuações do mercado financeiro que podem prejudicar os produtos com garantia de rentabilidade pré-estabelecida.

Dentre as estratégias para a mitigação dos riscos adotadas pelo Grupo, cita-se:

- a) A diversificação da carteira a fim de mitigar a exposição a riscos concentrados;
- b) As reavaliações atuariais periódicas para atualização de premissas a fim de refletir com precisão as tendências das carteiras do Grupo;
- c) Utilização de tábuas biométricas atualizadas periodicamente para acompanhar a evolução da experiência de mortalidade do mercado segurador;
- d) A adoção de contratos de resseguro com finalidade de transferir parte dos riscos supracitados para limitar a exposição financeira do Grupo a eventos extremos; e
- e) A adequação do passivo para cobrir as obrigações futuras relacionadas aos benefícios, levando em consideração os pagamentos desses e despesas administrativas.

4.1.3. Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir analisam como o resultado e o patrimônio líquido teriam aumentado ou diminuído se as mudanças nas variáveis dos riscos de subscrição e de mercado, que eram razoavelmente possíveis na data das Demonstrações, tivessem ocorrido. A análise apresenta as sensibilidades tanto antes como após a mitigação do risco através de resseguro e assume que todas as outras variáveis se mantenham constantes:

Consolidado					
Variáveis	Premissas	31/12/2025		31/12/2024	
		Resultado		Patrimônio líquido	
		Bruto	Líquido	Bruto	Líquida
Sinistralidade	Aumento de 5%	(4.945)	(4.097)	4.788	3.940
Sinistralidade	Redução de 5%	4.945	4.097	(4.788)	(3.940)
Longevidade	Aumento de 10%	98	98	(98)	(98)
Longevidade	Redução de 10%	(121)	(121)	121	121
Taxa de juros	Aumento de 1%	779	779	(263)	(263)
Taxa de juros	Redução de 1%	(636)	(636)	87	87
Conversão em renda	Aumento de 5%	21	21	(21)	(21)
Conversão de renda	Redução de 5%	(21)	(21)	21	21

Consolidado					
Variáveis	Premissas	31/12/2024		31/12/2024	
		Resultado		Patrimônio líquido	
		Bruto	Líquido	Bruto	Líquida
Sinistralidade	Aumento de 5%	(3.317)	(2.445)	2.128	1.256
Sinistralidade	Redução de 5%	3.317	2.446	(2.128)	(1.257)
Longevidade	Aumento de 10%	170	170	(170)	(170)
Longevidade	Redução de 10%	(209)	(209)	209	209
Taxa de juros	Aumento de 1%	(1.045)	(1.045)	3.811	3.811
Taxa de juros	Redução de 1%	1.103	1.103	(4.236)	(4.236)
Conversão em renda	Aumento de 5%	47	47	(47)	(47)
Conversão de renda	Redução de 5%	(47)	(47)	47	47

4.2. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradores), das suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo aos instrumentos financeiros são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os ratings em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *Standard and Poor's* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o rating da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de Probabilidade de Default (PD), *duration* do ativo e Taxa de Recuperação (LGD), que estima a exposição ao default, refletindo o risco da carteira.

4.2.1. Principais riscos associados aos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, R\$ 1.832.076 / 95,09% (R\$ 1.796.893 / 94,45% em 31 de dezembro de 2024) estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos de menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo a melhores práticas de mercado. O volume em aplicações em operações comprometidas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 92.328 (R\$ 103.744 em 31 de dezembro de 2024).

O Grupo não possui aplicações em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida, ou seja, sem garantias contratuais, o risco de crédito é do participante do plano. Em 31 de dezembro de 2025, o volume dessas aplicações em fundos exclusivos era de R\$ 6.958.090 (R\$ 6.336.958 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, as quotas de fundos de investimento não exclusivo totalizaram R\$ 2.224 (R\$ 1.871 em 31 de dezembro de 2024). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

4.2.2. Principais riscos associados ao resseguro

A colocação de contratos de resseguro, automáticos e/ou facultativos devem estar em conformidade com as determinações e apetite a risco do Grupo, bem como com a legislação em vigor, e em posição de obter as melhores condições comerciais, promovendo ganhos de escala e possibilitando a manutenção e gerenciamento dos contratos de forma estratégica, ética e profissional, mantendo os níveis adequados de exigência, transparência e zelo com relação aos critérios estabelecidos na política de transferência de resseguros.

O principal contrato de resseguro da Companhia é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.

Consolidado					
Tipo ressegurador	Rating	31/12/2025		31/12/2024	
		Exposição (R\$)	Exposição (%)	Exposição (R\$)	Exposição (%)
		Admitida	AA- pela Standard & Poor's	3.903	16,43
Eventual	A+ pela Standard & Poor's	9	0,04	10	0,04
Eventual	AA- pela Standard & Poor's	124	0,52	339	1,49
Local	AA- pela Standard & Poor's	3.964	16,69	1.078	4,73
Local	A+ pela A. M. Best Company	3.370	14,19	5.497	24,11
Local	A- pela A. M. Best Company	12.381	52,13	11.210	49,18
Total		23.751	100,00	22.796	100,00

4.3. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida, o risco de mercado é do participante do plano.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* (VaR), que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, considerando mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente.

Este indicador representa se a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros são elaboradas levando em consideração:

- (I) VaR paramétrico: assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (EWMA), com fator de decaimento de 0,95; e
- (II) *Dollar Value One Basis Point* – DV01: medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de *basis point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas:

- a) A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico;
- b) A perda com a oscilação de um *basis point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01; e

c) O fator de decaimento Lambda da metodologia EWMA.

Fatores de risco	31/12/2025				31/12/2024			
	DV01	EWMA	VaR	Exposição	DV01	EWMA	VaR	Exposição
	Pré-fixado – DI	(126)	0,95	1.027	160.602	(23)	0,95	2.708
Taxa referencial	–	0,95	–	–	–	0,95	–	–
IGPM	(25)	0,95	152	7.112	(3)	0,95	161	7.927
IPCA	(855)	0,95	5.122	561.406	(116)	0,95	7.120	512.305
Ações	–	0,95	–	–	–	0,95	–	–

4.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios, sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir demonstram os principais ativos e passivos financeiros do Grupo, segregados por prazo, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes nas Demonstrações:

Consolidado				
	31/12/2025			
	Até 1 ano	1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Ativo:	1.525.699	2.307.770	5.136.999	8.970.468
Caixa e equivalentes de caixa	23.930	–	–	23.930
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	–	220.919	–	220.919
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	111.951	275.868	163.883	551.702
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	1.329.275	1.795.080	4.973.116	8.097.471
Ativos de contratos de resseguro	11.263	–	–	11.263
Outros créditos operacionais	42.614	–	–	42.614
Títulos e créditos a receber	6.666	15.903	–	22.569
Passivo:	823.547	375.754	294.499	1.493.800
Contas a pagar	52.455	230	–	52.685
Passivos financeiros - capitalização	2.416	–	–	2.416
Passivos financeiros atuariais - capitalização	768.626	375.524	294.499	1.438.649
Depósitos de terceiros	50	–	–	50

Consolidado				
	31/12/2024			
	Até 1 ano	1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Ativo:	1.457.590	1.219.140	5.657.018	8.333.748
Caixa e equivalentes de caixa	38.964	–	–	38.964
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	–	–	226.840	226.840
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	–	106.761	397.367	504.128
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	1.354.696	1.097.844	5.032.811	7.485.351
Ativos de contratos de resseguro	15.371	–	–	15.371
Ativos financeiros - capitalização	57	–	–	57
Outros créditos operacionais	41.365	–	–	41.365
Títulos e créditos a receber	7.137	14.535	–	21.672
Passivo:	630.635	480.006	331.444	1.442.085
Contas a pagar	59.427	503	–	59.930
Passivos financeiros - capitalização	2.387	–	–	2.387
Passivos financeiros atuariais - capitalização	568.812	479.503	331.444	1.379.759
Depósitos de terceiros	9	–	–	9

As tabelas a seguir fornecem uma análise de vencimento dos contratos de seguro do Grupo, refletindo as datas em que os fluxos de caixa futuros são esperados:

Consolidado						
	31/12/2025					
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Acima de 5 anos	Total
BBA	17.991	(7.526)	(5.184)	(3.311)	(10.126)	(8.156)
VFA	1.760.829	482.108	447.597	440.542	3.609.209	6.740.285
PAA	3.765	8.695	1.801	877	1.001	16.139
Total	1.782.585	483.277	444.214	438.108	3.600.084	6.748.268

Consolidado						
	31/12/2024					
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Acima de 5 anos	Total
BBA	(33.649)	(12.139)	(7.701)	(4.851)	(25.345)	(83.685)
VFA	1.548.626	410.339	385.931	358.930	3.381.735	6.085.561
PAA	13.251	1.290	817	502	656	16.516
Total	1.528.228	399.490	379.047	354.581	3.357.046	6.018.392

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no vencimento não representa risco.

4.5. Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo o risco legal, de *compliance* e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo, na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica do Grupo, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, e participa da formação de novos produtos a serem lançados e fornece subsídios para os processos judiciais do Grupo.

Para os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo possui uma estrutura de *compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.6. Risco estratégico

Os riscos estratégicos são parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, avaliadas e tratadas conforme os níveis de criticidade apontados.

4.7. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar, significativamente, o seu negócio. Para tanto, esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e mantido em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e a SUSEP.

5. Equivalentes de caixa e instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, a composição da carteira de instrumentos financeiros contempla os investimentos financeiros classificados como "Equivalentes de caixa" no valor de R\$ 14.626 (R\$ 23.147 em 31 de dezembro de 2024). A seguir, a abertura da carteira por categoria de mensuração:

Categoria	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo amortizado	–	–	220.919	226.840
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	–	–	551.702	504.128
Valor justo por meio do resultado (VJR)	858	677	8.112.097	7.508.498
Total	858	677	8.884.718	8.239.466
Circulante	858	677	1.272.529	2.264.109
Equivalente de caixa	–	–	14.626	23.147
Instrumentos financeiros	858	677	1.257.903	2.240.962
Não circulante	–	–	7.612.189	5.975.357
Instrumentos financeiros	–	–	7.612.	

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

5.1. Ao custo amortizado

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado. A seguir, a composição dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado para o consolidado:

	Taxas		31/12/2025	
	contratadas	Vencimento	Valor contábil/curva	Valor justo
Fundos exclusivos:			220.919	208.116
Notas do Tesouro Nacional - Pré	6,63%	Em até 5 anos	220.919	208.116
Total			220.919	208.116
Circulante			-	-
Não circulante			220.919	208.116

	Taxas		31/12/2024	
	contratadas	Vencimento	Valor contábil/curva	Valor justo
Fundos exclusivos:			226.840	195.628
Notas do Tesouro Nacional - Pré	6,63%	Em até 5 anos	226.840	195.628
Total			226.840	195.628
Circulante			-	-
Não circulante			226.840	195.628

5.2. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A seguir, a composição dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes para o consolidado:

	Taxas		31/12/2025	
	contratadas	Vencimento	Valor contábil/justo	Valor de curva
Fundos exclusivos:			551.702	575.900
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA + 5,41%		524.224	546.693
Notas do Tesouro Nacional - Pré	6,71%		20.352	21.589
Notas do Tesouro Nacional - IGPM	IGPM + 6,12%		7.126	7.618
Total			551.702	575.900
Circulante			111.951	115.205
Não circulante			439.751	460.695

	Taxas		31/12/2024	
	contratadas	Vencimento	Valor contábil/justo	Valor de curva
Fundos exclusivos:			504.128	537.413
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA + 5,32%		477.305	507.329
Notas do Tesouro Nacional - Pré	6,71%		19.131	22.153
Notas do Tesouro Nacional - IGPM	IGPM + 6,12%		7.692	7.931
Total			504.128	537.413
Circulante			-	-
Não circulante			504.128	537.413

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil/justo	Valor de curva	Valor contábil/justo	Valor de curva
Vencimento em até um ano	111.951	-	111.951	-
Vencimento em até cinco anos	432.625	473.142	432.625	473.142
Vencimento acima de cinco anos	7.126	30.986	7.126	30.986
Total	551.702	504.128	551.702	504.128

5.3. Ao valor justo por meio do resultado (VJR)

A seguir, a composição dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundos exclusivos:	-	-	8.095.247	8.095.247
Fundos previdenciários (PGBL/VGBL):	-	-	6.958.090	6.958.090
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	4.162.251	4.162.251
Letras do Tesouro Nacional	-	-	36.497	36.497
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	-	-	364.670	364.670
Operações compromissadas	-	-	159.149	159.149
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	102.568	102.568
Debêntures	-	-	949.087	949.087
Letras Financeiras	-	-	878.893	878.893
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	152.342	152.342
Ações	-	-	2.515	2.515
Fundos de Investimento de Renda Fixa	-	-	44.028	44.028
Fundos de Investimento Multimercado	-	-	179	179
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	-	-	93.471	93.471
Outras aplicações	-	-	12.440	12.440
Outros fundos:			1.137.157	1.137.157
Letras do Tesouro Nacional	Selic	-	1.022.258	1.022.258
Notas do Tesouro Nacional	IPCA + 2,92%	-	37.197	37.197
Operações compromissadas	Selic	-	77.702	77.702
Fundos não exclusivos	858	858	2.224	2.224
Operações compromissadas - equivalentes de caixa	-	-	14.626	14.626
Total	858	858	8.112.097	8.112.097
Circulante	858	858	1.160.578	1.160.578
Não circulante	-	-	6.951.519	6.951.519

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Fundos exclusivos:	-	-	7.483.480	7.483.480
Fundos previdenciários (PGBL/VGBL):	-	-	6.336.958	6.336.958
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	4.098.190	4.098.190
Letras do Tesouro Nacional	-	-	111.060	111.060
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	-	-	266.345	266.345
Operações compromissadas	-	-	290.845	290.845
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	47.823	47.823
Debêntures	-	-	716.317	716.317
Letras Financeiras	-	-	538.351	538.351
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	115.388	115.388
Ações	-	-	4.602	4.602
Fundos de Investimento de Renda Fixa	-	-	116.877	116.877
Fundos de Investimento Multimercado	-	-	118	118
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	-	-	19.600	19.600
Outras aplicações	-	-	11.442	11.442
Outros fundos:			1.146.522	1.146.522
Letras do Tesouro Nacional	Selic	-	1.030.947	1.030.947
Notas do Tesouro Nacional	IPCA + 2,91%	-	34.978	34.978
Operações compromissadas	Selic	-	80.597	80.597
Fundos não exclusivos	677	677	1.871	1.871
Operações compromissadas - equivalentes de caixa	-	-	23.147	23.147
Total	677	677	7.508.498	7.508.498
Circulante	677	677	2.264.109	2.264.109
Não circulante	-	-	5.244.389	5.244.389

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Sem vencimento	858	677	154.855	154.592
Vencimento em até um ano	-	-	1.189.046	1.223.251
Vencimento em até cinco anos	-	-	6.046.023	5.446.493
Vencimento acima de cinco anos	-	-	722.173	684.162
Total	858	677	8.112.097	7.508.498

5.4. Movimentação dos instrumentos financeiros

A seguir, as movimentações dos instrumentos financeiros por categoria de mensuração:

	Controladora	
	Ao VJR	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.585	1.585
(+) Aplicações	65.000	65.000
(-) Resgates	(66.622)	(66.622)
(+) Rendimentos	714	714
Saldo em 31 de dezembro de 2024	677	677
(+) Aplicações	775	775
(-) Resgates	(715)	(715)
(+) Rendimentos	121	121
Saldo em 31 de dezembro de 2025	858	858

	Consolidado		
	Ao custo amortizado	Ao VJORA	Ao VJR
Saldo em 1º de janeiro de 2024	232.335	615.367	6.271.943
(+) Aplicações	-	42.587	2.566.854
(-) Resgates	(19.964)	(195.351)	(1.973.259)
(+) Rendimentos	14.469	67.864	642.960
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(26.339)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	226.840	504.128	7.508.498
(+) Aplicações	-	20.039	1.879.211
(-) Resgates	(19.964)	(34.098)	(2.306.177)
(+) Rendimentos	14.043	52.544	1.030.565
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	9.089	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	220.919	551.702	8.112.097

5.5. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas aos instrumentos financeiros derivativos são realizadas por meio de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e visam a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco de exposição desses ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. A Controladora não possui instrumentos financeiros derivativos.

Consolidado					
Futuro	Posição	Vencimento	31/12/2025		Exposição (notional) total
			Indexador de referência	Quantidade	
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	770	67.690

Consolidado					
Futuro	Posição	Vencimento	31/12/2024		Exposição (notional) total
			Indexador de referência	Quantidade	
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	770	57.320

5.6. Determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos mensurados ao custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições.

Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente partindo do princípio de que as partes são independentes;

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos; e

Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na sequência, a composição dos instrumentos financeiros classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	Controladora					
	31/12/2025		31/12/2024		Total	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ao VJR:	-	858	858	-	677	677
Fundos não exclusivos	-	858	858	-	677	677
Total	-	858	858	-	677	677

	Consolidado					
	31/12/2025		31/12/2024		Total	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ao custo amortizado:	220.919	-	220.919	226.840	-	226.840
Fundos exclusivos:	220.919	-	220.919	226.840	-	226.840
Nota do Tesouro Nacional - Pré	220.919	-	220.919	226.840	-	226.840
Ao VJORA:	551.702	-	551.702	496.436	7.692	504.128
Fundos exclusivos:	551.702	-	551.702	496.436	7.692	504.128
Nota do Tesouro Nacional - IPCA	524.224	-	524.224	477.305	-	477.305
Nota do Tesouro Nacional - Pré	20.352	-	20.352	19.131	-	19.131
Nota do Tesouro Nacional - IGPM	7.126	-	7.126	-	7.692	7.692
Ao VJR:	5.884.056	2.228.041	8.112.097	5.937.187	1.571.311	7.508.498
Fundos exclusivos:	5.884.056	2.228.041	8.112.097	5.937.187	1.571.311	7.508.498
Fundos previdenciários (PGBL/VGBL)	4.732.273	2.225.817	6.958.090	4.767.518	1.569.440	6.336.958
Letras do Tesouro Nacional	1.022.258	-	1.022.258	1.030.947	-	1.030.947
Notas do Tesouro Nacional	37.197	-	37.197	34.978	-	34.978
Operações compromissadas	77.702	-	77.702	80.597	-	80.597
Fundos não exclusivos	-	2.224	2.224	-	1.871	1.871
Operações compromissadas - equivalentes de caixa	14.626	-	14.626	23.147	-	23.147
Total	6.656.677	2.228.041	8.884.718	6.660.463	1.579.003	8.239.466

6. Passivos de contratos de seguro

6.1. Modelo de mensuração (BBA)

6.1.1. Movimentação de contratos de seguro por cobertura remanescente e sinistros incorridos

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação entre os saldos iniciais e finais do passivo de cobertura remanescente e do passivo de sinistros incorridos para contratos mensurados pelo BBA:

	Consolidado		
	31/12/2025		Total
	Passivo de cobertura remanescente	Passivo de sinistros incorridos	
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2025	78.427	99.663	178.090
Circulante	14.652	18.621	33.273
Não circulante	63.775	81.042	144.817
Receita de seguros:	(640.693)	-	(640.693)
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	(168.598)	-	(168.598)
Outros contratos	(472.095)	-	(472.095)
Despesas de contratos de seguro:	108.043	327.011	435.054
Sinistros e outras despesas incorridas	-	346.038	346.038
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	108.043	-	108.043
Variáveis nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	-	(19.027)	(19.027)
Resultado de contratos de seguro	(532.650)	327.011	(205.639)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	17.274	11.592	28.866
Total das variações na demonstração de resultado	(515.376)	338.603	(176.773)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro - ORA	(9.090)	1.374</	

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

6.1.2. Movimentação de contratos de seguro por componente de mensuração

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação dos saldos iniciais e finais do passivo líquido de contratos de seguros mensurados pelo BBA por componente de mensuração:

	Consolidado				
	31/12/2025				
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	CSM Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	Outros contratos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2025	(83.685)	26.338	56.372	179.065	178.090
Circulante	(15.635)	4.921	10.532	33.455	33.273
Não circulante	(68.050)	21.417	45.840	145.610	144.817
Variações relacionadas aos serviços atuais:	(39.478)	(14.918)	(27.825)	(103.936)	(171.239)
CSM reconhecida	-	-	(27.825)	(103.936)	(131.761)
Variáveis do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	-	(14.918)	-	-	(14.918)
Ajustes de experiência	(39.478)	-	-	-	(39.478)
Variáveis relacionadas aos serviços futuros:	(63.247)	3.355	(1.683)	61.575	-
Variáveis das estimativas que ajustam a CSM	59.263	(4.721)	(1.683)	(52.859)	-
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(122.510)	8.076	-	114.434	-
Variáveis relacionadas aos serviços passados:	(19.545)	63	-	-	(19.482)
Ajustes no passivo de sinistros incorridos	(19.545)	63	-	-	(19.482)
Resultado de contratos de seguro	(122.270)	(11.500)	(29.508)	(42.361)	(205.639)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	(5.120)	3.462	4.828	25.696	28.866
Total das variações na demonstração de resultado	(127.390)	(8.038)	(24.680)	(16.665)	(176.773)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro - ORA	(8.993)	1.277	-	-	(7.716)
Total das variações na demonstração de resultado e ORA	(136.383)	(6.761)	(24.680)	(16.665)	(184.489)
Fluxos de caixa:	211.912	-	-	-	211.912
Prêmios recebidos	814.810	-	-	-	814.810
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(256.406)	-	-	-	(256.406)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(346.492)	-	-	-	(346.492)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 dezembro de 2025	(8.156)	19.577	31.692	162.400	205.513
Circulante	(1.358)	3.255	5.269	26.999	34.165
Não circulante	(6.798)	16.322	26.423	135.401	171.348

	Consolidado				
	31/12/2024				
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	CSM Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	Outros contratos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2024	5.893	11.374	55.109	48.984	121.360
Circulante	1.216	2.348	11.375	10.112	25.051
Não circulante	4.677	9.026	43.734	38.872	96.309
Variações relacionadas aos serviços atuais:	(52.690)	(11.478)	(55.590)	(97.982)	(217.740)
CSM reconhecida	-	-	(55.590)	(97.982)	(153.572)
Variáveis do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	-	(11.478)	-	-	(11.478)
Ajustes de experiência	(52.690)	-	-	-	(52.690)
Variáveis relacionadas aos serviços futuros:	(283.729)	22.820	49.561	211.348	-
Variáveis das estimativas que ajustam a CSM	(160.386)	14.849	49.561	95.976	-
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(123.343)	7.971	-	115.372	-
Variáveis relacionadas aos serviços passados:	(5.240)	2.905	-	-	(2.335)
Ajustes no passivo de sinistros incorridos	(5.240)	2.905	-	-	(2.335)
Resultado de contratos de seguro	(341.659)	14.247	(6.029)	113.366	(220.075)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	(7.358)	2.531	7.292	16.715	19.180
Total das variações na demonstração de resultado	(349.017)	16.778	1.263	130.081	(200.895)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro - ORA	9.895	(1.814)	-	-	8.081
Total das variações na demonstração de resultado e ORA	(339.122)	14.964	1.263	130.081	(192.814)
Fluxos de caixa:	249.544	-	-	-	249.544
Prêmios recebidos	793.107	-	-	-	793.107
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(238.978)	-	-	-	(238.978)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(304.585)	-	-	-	(304.585)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 dezembro de 2024	(83.685)	26.338	56.372	179.065	178.090
Circulante	(15.635)	4.921	10.532	33.455	33.273
Não circulante	(68.050)	21.417	45.840	145.610	144.817

6.1.3. Estimativas dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no exercício

As tabelas a seguir, apresentam uma análise dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no período mensurados pelo BBA:

	Consolidado	
	31/12/2025	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de saída de caixa futuros:	(301.123)	(301.123)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(135.310)	(135.310)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(165.813)	(165.813)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	423.633	423.633
Ajuste de risco não financeiro	(8.076)	(8.076)
CSM	(114.434)	(114.434)
Perdas no reconhecimento inicial de contratos de seguro	-	-

	Consolidado	
	31/12/2024	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de saída de caixa futuros:	(365.520)	(365.520)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(155.327)	(155.327)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(210.193)	(210.193)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	488.863	488.863
Ajuste de risco não financeiro	(7.971)	(7.971)
CSM	(115.372)	(115.372)
Perdas no reconhecimento inicial de contratos de seguro	-	-

6.2. Modelo de taxa variável (VFA)

6.2.1. Movimentação de contratos de seguro por cobertura remanescente e sinistros incorridos

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação entre os saldos iniciais e finais do passivo de cobertura remanescente e do passivo de sinistros incorridos para contratos mensurados pelo VFA:

	Consolidado		
	31/12/2025		
	Passivo de cobertura remanescente Excluindo componente de perda	Passivo de sinistros incorridos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2025	6.337.656	-	6.337.656
Circulante	1.184.035	-	1.184.035
Não circulante	5.153.621	-	5.153.621
Receita de seguros:	(27.202)	-	(27.202)
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	(8.942)	-	(8.942)
Outros contratos	(18.260)	-	(18.260)
Despesas de contratos de seguro:	3.885	10.040	13.925
Sinistros e outras despesas incorridas	-	10.040	10.040
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	3.885	-	3.885
Componentes de investimento	(881.505)	881.505	-
Resultado de contratos de seguro	(904.822)	891.545	(13.277)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	872.177	-	872.177
Total das variações na demonstração de resultado	(32.645)	891.545	858.900
Fluxos de caixa:	655.041	(891.545)	(236.504)
Prêmios recebidos	669.570	-	669.570
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(14.529)	-	(14.529)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	-	(891.545)	(891.545)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2025	6.960.052	-	6.960.052
Circulante	1.157.116	-	1.157.116
Não circulante	5.802.936	-	5.802.936

	Consolidado		
	31/12/2024		
	Passivo de cobertura remanescente Excluindo componente de perda	Passivo de sinistros incorridos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2024	5.470.808	-	5.470.808
Circulante	1.129.256	-	1.129.256
Não circulante	4.341.552	-	4.341.552
Receita de seguros:	(24.272)	-	(24.272)
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	(9.190)	-	(9.190)
Outros contratos	(15.082)	-	(15.082)
Despesas de contratos de seguro:	3.383	9.040	12.423
Sinistros e outras despesas incorridas	-	9.040	9.040
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	3.383	-	3.383
Componentes de investimento	(745.758)	745.758	-
Resultado de contratos de seguro	(766.647)	754.798	(11.849)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	569.661	-	569.661
Total das variações na demonstração de resultado	(196.986)	754.798	557.812
Fluxos de caixa:	1.063.834	(754.798)	309.036
Prêmios recebidos	1.076.852	-	1.076.852
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(13.018)	-	(13.018)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	-	(754.798)	(754.798)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2024	6.337.656	-	6.337.656
Circulante	1.184.035	-	1.184.035
Não circulante	5.153.621	-	5.153.621

6.2.2. Movimentação de contratos de seguro por componente de mensuração

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação dos saldos iniciais e finais do passivo líquido de contratos de seguros mensurados pelo VFA por componente de mensuração:

	Consolidado				
	31/12/2025				
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	CSM Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	Outros contratos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2025	6.085.561	5.705	88.133	158.257	6.337.656
Circulante	1.136.938	1.066	16.465	29.566	1.184.035
Não circulante	4.948.623	4.639	71.668	128.691	5.153.621
Variações relacionadas aos serviços atuais:	773	(288)	(4.449)	(9.313)	(13.277)
CSM reconhecida	-	-	(4.449)	(9.313)	(13.762)
Variáveis do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	-	(288)	-	-	(288)
Ajustes de experiência	773	-	-	-	773
Variáveis relacionadas aos serviços futuros:	18.278	(2.218)	(20.599)	4.539	-
Variáveis das estimativas que ajustam a CSM	36.397	(2.574)	(20.599)	(13.224)	-
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(18.119)	356	-	17.763	-
Resultado de contratos de seguro	19.051	(2.506)	(25.048)	(4.774)	(13.277)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	872.177	-	-	-	872.177
Total das variações na demonstração de resultado	891.228	(2.506)	(25.048)	(4.774)	858.900
Fluxos de caixa:	(236.504)	-	-	-	(236.504)
Prêmios recebidos	669.570	-	-	-	669.570
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(14.529)	-	-	-	(14.529)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(891.545)	-	-	-	(891.545)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2025	6.740.285	3.199	63.085	153.483	6.960.052
Circulante	1.120.579	532	10.488	25.517	1.157.116
Não circulante	5.619.706	2.667	52.597	127.966	5.802.936

	Consolidado				
	31/12/2024				
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	CSM Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	Outros contratos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2024	5.367.943	2.340	39.375	61.150	5.470.808
Circulante	1.108.023	483	8.128	12.622	1.129.256
Não circulante	4.259.920	1.857	31.247	48.528	4.341.552
Variações relacionadas aos serviços atuais:	297	(96)	(4.556)	(7.494)	(11.849)
CSM reconhecida	-	-	(4.556)	(7.494)	(12.050)
Variáveis do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	-	(96)	-	-	(96)
Ajustes de experiência	297	-	-	-	297
Variáveis relacionadas aos serviços futuros:	(161.376)	3.461	53.314	104.601	-
Variáveis das estimativas que ajustam a CSM	(119.808)	2.740	53.314	63.754	-
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(41.568)	721	-	40.847	-
Resultado de contratos de seguro	(161.079)	3.365	48.758	97.107	(11.849)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	569.661	-	-	-	569.661
Total das variações na demonstração de resultado	408.582	3.365	48.758	97.107	858.900
Fluxos de caixa:	309.036	-	-	-	309.036
Prêmios recebidos	1.076.852	-	-	-	1.076.852
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(13.018)	-	-	-	(13.018)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(754.798)	-	-	-	(754.798)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2024	6.085.561	5.705	88.133	158.257	6.337.656
Circulante	1.136.938	1.066	16.465	29.566	1.184.035
Não circulante	4.948.623	4.639	71.668	128.691	5.153.621

6.2.3. Estimativas dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no exercício

As tabelas a seguir, apresentam uma análise dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no período mensurados pelo VFA:

	Consolidado	
	31/12/2025	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de saída de caixa futuros:	(548.326)	(548.326)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(6.941)	(6.941)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(541.385)	(541.385)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	566.445	566.445
Ajuste de risco não financeiro	(356)	(356)
CSM	(17.763)	(17.763)
Perdas no reconhecimento inicial de contratos de seguro	-	-

	Consolidado	
	31/12/2024	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de saída de caixa futuros:	(1.232.196)	(1.232.196)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(15.985)	(15.985)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(1.216.211)	(1.216.211)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	1.273.764	1.273.764
Ajuste de risco não financeiro	(721)	(721)

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

6.3. Margem de serviço contratual (CSM) remanescente

As tabelas a seguir, demonstram o momento em que se espera que a CSM remanescente seja reconhecida no resultado em períodos futuros:

	Consolidado					
	31/12/2025					
	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Modelo de mensuração geral (BBA)	64.707	59.646	27.943	30.767	11.029	194.092
Modelo de taxa variável (VFA)	18.942	31.474	29.278	62.417	74.457	216.568
Total	83.649	91.120	57.221	93.184	85.486	410.660

	Consolidado					
	31/12/2024					
	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Modelo de mensuração geral (BBA)	126.583	61.805	17.137	16.222	13.690	235.437
Modelo de taxa variável (VFA)	3.948	7.070	7.001	17.547	210.824	246.390
Total	130.531	68.875	24.138	33.769	224.514	481.827

7. Ativos de contratos de resseguro

7.1. Modelo de alocação de prêmio (PAA)

7.1.1. Movimentação de contratos de resseguro por cobertura remanescente e sinistros incorridos

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação entre os saldos iniciais e finais do ativo de cobertura remanescente e do ativo de sinistros incorridos para contratos mensurados pelo PAA:

	Consolidado			
	31/12/2025			
	Ativo de cobertura remanescente	Ativo de sinistros incorridos	Total	
Saldo de ativos de contratos de resseguro em 1º de janeiro de 2025			915	15.371
Alocação de prêmios de resseguro pagos	(16.844)	-	-	(16.844)
Valores a recuperar junto a resseguradoras:	-	13.799	(97)	13.702
Recuperações de sinistros e outras despesas incorridos	-	13.799	(97)	13.702
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	(16.844)	13.799	(97)	(3.142)
Receita/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	-	(35)	-	(35)
Total das variações na demonstração de resultado	(16.844)	13.764	(97)	(3.177)
Fluxos de caixa:	13.210	(14.141)	-	(931)
Prêmios pagos	13.210	-	-	13.210
Valores recuperados de resseguradoras	-	(14.141)	-	(14.141)
Saldos de ativos de contratos de resseguro em 31 de dezembro de 2025	(5.694)	16.139	818	11.263

	Consolidado			
	31/12/2024			
	Ativo de cobertura remanescente	Ativo de sinistros incorridos	Total	
Saldo de ativos de contratos de resseguro em 1º de janeiro de 2024			576	14.684
Alocação de prêmios de resseguro pagos	(15.182)	-	-	(15.182)
Valores a recuperar junto a resseguradoras:	-	19.749	339	20.088
Recuperações de sinistros e outras despesas incorridos	-	19.749	339	20.088
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	(15.182)	19.749	339	4.906
Receita/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	-	(415)	-	(415)
Total das variações na demonstração de resultado	(15.182)	19.334	339	4.491
Fluxos de caixa:	15.063	(18.867)	-	(3.804)
Prêmios pagos	15.063	-	-	15.063
Valores recuperados de resseguradoras	-	(18.867)	-	(18.867)
Saldos de ativos de contratos de resseguro em 31 de dezembro de 2024	(2.060)	16.516	915	15.371

8. Desenvolvimento de sinistros

As tabelas a seguir, ilustram como as estimativas de sinistros acumulados se desenvolveram ao longo do tempo, bruto e líquido de resseguro:

	Consolidado										
	Bruto de resseguro										
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	65.143	72.418	76.055	89.873	95.223	159.279	131.848	117.088	159.294	162.758	1.128.979
Um ano após o aviso	52.810	59.397	75.573	94.326	101.755	179.641	140.878	126.413	160.628	-	991.421
Dois anos após o aviso	47.856	56.728	73.885	100.801	101.577	181.536	141.296	127.351	-	-	831.030
Três anos após o aviso	46.930	56.278	75.148	99.189	102.329	181.723	141.684	-	-	-	703.281
Quatro anos após o aviso	46.922	56.945	75.084	97.038	101.887	181.750	-	-	-	-	559.626
Cinco anos após o aviso	47.530	56.840	74.963	97.259	102.148	-	-	-	-	-	378.740
Seis anos após o aviso	47.674	56.537	74.716	98.360	-	-	-	-	-	-	277.287
Sete anos após o aviso	47.384	56.411	75.108	-	-	-	-	-	-	-	178.903
Oito anos após o aviso	48.442	56.968	-	-	-	-	-	-	-	-	105.410
Nove anos após o aviso	48.057	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48.057
Estimativa em 31 de dezembro 2025 (a)	48.057	56.968	75.108	98.360	102.148	181.750	141.684	127.351	160.628	162.758	1.154.812
Pagamentos efetuados (b)	47.691	56.499	73.620	94.357	99.949	179.406	139.115	124.068	155.592	131.988	1.102.285
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	366	469	1.488	4.003	2.199	2.344	2.569	3.283	5.036	30.770	52.527
Total											52.527
Provisões atuariais complementares											43.973
Ajuste ao risco para risco não financeiro											4.948
Efeito financeiro na taxa de desconto											(8.300)
Passivos brutos de sinistros incorridos (Nota 6.1.1.)											93.148

	Consolidado										
	Líquido de resseguro										
Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	64.989	71.622	74.678	86.986	87.518	145.380	124.516	108.506	136.333	149.875	1.050.403
Um ano após o aviso	52.697	59.016	73.873	90.547	96.410	169.059	133.785	117.116	141.465	-	933.968
Dois anos após o aviso	47.742	56.339	72.134	93.459	96.083	170.455	134.052	117.520	-	-	787.784
Três anos após o aviso	46.817	55.903	72.779	92.719	96.641	170.584	134.148	-	-	-	669.591
Quatro anos após o aviso	46.808	56.449	72.702	91.026	96.195	170.455	-	-	-	-	533.635
Cinco anos após o aviso	47.349	56.325	72.581	91.468	96.251	-	-	-	-	-	363.974
Seis anos após o aviso	47.428	56.018	72.609	91.815	-	-	-	-	-	-	267.870
Sete anos após o aviso	47.148	55.891	72.989	-	-	-	-	-	-	-	176.028
Oito anos após o aviso	47.328	55.944	-	-	-	-	-	-	-	-	103.272
Nove anos após o aviso	47.151	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.151
Estimativa em 31 de dezembro 2025 (a)	47.151	55.944	72.989	91.815	96.251	170.455	134.148	117.520	141.465	149.875	1.077.613
Pagamentos efetuados (b)	46.900	55.727	71.921	89.679	94.461	168.186	131.944	114.262	137.005	122.090	1.032.175
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	251	217	1.068	2.136	1.790	2.269	2.204	3.258	4.460	27.785	45.438
Total											45.438
Créditos com resseguradoras											(7.110)
Provisões atuariais complementares											40.719
Ajuste ao risco para risco não financeiro											4.130
Efeito financeiro na taxa de desconto											(6.983)
Passivos brutos de sinistros incorridos											76.194

9. Outros créditos operacionais

Em 31 de dezembro de 2025, essa rubrica registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras, no valor de R\$ 42.614 (R\$ 41.365 em 31 de dezembro de 2024). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante a retorno bancário.

10. Títulos e créditos a receber

A seguir, a composição e os saldos dos títulos e créditos a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a receber	-	946	-	-
Contas a receber - fundos exclusivos (*)	-	-	442	1.546
Outros créditos a receber	-	-	3.641	3.211
Total	-	946	4.083	4.757

(*) Valores referentes a saldos de contas a receber dos fundos exclusivos consolidados.

11. Tributos

11.1 Impostos e contribuições a recuperar

A seguir, a composição dos impostos e contribuições a recuperar classificados na rubrica "Créditos tributários e previdenciários" no ativo circulante:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ	1.037	906	1.597	1.466
CSLL	-	42	701	700
Outros	5	15	285	213
Total	1.042	963	2.583	2.379

11.2 Impostos e contribuições

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há valor de impostos e contribuições a recolher da Companhia. No Grupo, observa-se a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ	4.715	4.541
CSLL	3.709	3.806
PIS	100	92
COFINS	616	570
Total	9.140	9.009

11.3 Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos, para o Consolidado, são compensados de acordo com o IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Apresenta-se, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica "Tributos diferidos":

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ diferido:	10.104	10.343
Diferenças temporárias	4.055	2.022
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	6.049	8.321
CSLL diferido:	6.063	6.207
Diferenças temporárias	2.434	1.214
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	3.629	4.993
PIS e COFINS diferidos	4.339	4.581
Total de créditos fiscais diferidos	20.506	21.131
IRPJ diferido:	25.392	23.186
Diferenças temporárias	25.392	23.186
CSLL diferido:	15.234	13.912
Diferenças temporárias	15.234	13.912
Total de débitos fiscais diferidos	40.626	37.098
Total de créditos e débitos diferidos	20.120	15.967

Os créditos tributários diferidos de diferenças temporárias são compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, atualização monetária de depósitos judiciais e provisão de fundo de marketing.

	Diferenças temporárias	
	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para contingências fiscais	-	29
Fundo de marketing	8.252	579
PIS exigibilidade suspensa	1.945	1.793
COFINS exigibilidade suspensa	11.970	11.033
Outras provisões	4.876	4.531
Outras receitas	(6.482)	(5.294)
PIS e COFINS diferidos	(4.339)	(4.581)
Total	16.222	8.090
Alíquota aplicada para IRPJ - 25%	4.055	2.022
Alíquota aplicada para CSLL - 9% e 15%	2.434	1.214

O Grupo realizou estudo indicando projeção de resultados para apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributáveis diferidos, decorrentes de diferenças temporárias contabilizados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias:

	Valor	%
2026	472	7,27%
2027	511	7,87%
2028	507	7,81%
2029	550	8,48%
2030	597	9,20%
2031 a 2035	3.852	59,37%
Total	6.489	100,00%

12. Depósitos judiciais e fiscais

A seguir, a composição da rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" classificada no ativo não circulante, para o consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	410	231
Fiscais	15.493	14.304
Total	15.903	14.535

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

13. Investimentos

A seguir, a posição dos investimentos da Companhia:

	Total de ativos	Total de passivos líquidos de provisões judiciais	Provisões judiciais	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	Controladora			
							Investimento		Resultado patrimonial	
							31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	7.427.266	7.223.330	15.121	72.188	188.815	121.265	188.815	214.860	121.265	107.380
Rio Grande Capitalização S.A.	1.553.340	1.459.404	1.209	90.000	92.727	56.875	92.727	120.584	56.875	44.096
Rio Grande Capitalização S.A. – Ágio							4	4	-	-
Total	8.980.606	8.682.734	16.330	162.188	281.542	178.140	281.546	335.448	178.140	151.476

A movimentação dos investimentos é a seguinte:

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2024	Dividendos	Ajuste TVM	ORA IFRS 17/CPC 50	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2025
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	214.860	(163.136)	30	15.796	121.265	188.815
Rio Grande Capitalização S.A.	120.584	(90.155)	5.423	-	56.875	92.727
Rio Grande Capitalização S.A. – Ágio	4	-	-	-	-	4
Total	335.448	(253.291)	5.453	15.796	178.140	281.546

	Controladora						
	Saldo em 01/01/2024	Dividendos	Ajuste TVM	ORA IFRS 17/CPC 50	Efeito da mudança de prática contábil	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2025
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	230.831	(115.002)	29	(8.378)	-	107.380	214.860
Rio Grande Capitalização S.A.	113.116	(20.944)	(15.833)	-	149	44.096	120.584
Rio Grande Capitalização S.A. – Ágio	4	-	-	-	-	-	4
Total	343.951	(135.946)	(15.804)	(8.378)	149	151.476	335.448

14. Obrigações a pagar

A composição das obrigações a pagar do Grupo é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	-	-	7.685	7.351
Contas a pagar – fundos de investimentos (*)	-	-	9.476	11.224
Pagamentos a realizar (**)	-	-	11.862	24.653
Provisão para fundo de marketing	-	-	8.252	579
Outras contas a pagar	56	83	125	639
Total	56	83	37.400	44.446

(*) Valores referentes a saldos de contas a pagar dos fundos exclusivos consolidados.

(**) São pagamentos a efetuar relacionados a sinistros, comissões, prêmios e renda.

15. Passivos financeiros – capitalização

Registra-se as obrigações operacionais com vencimentos dentro dos dois meses seguintes à data das demonstrações financeiras. Essas obrigações são compostas de pró-labore e comissões no valor de R\$ 2.416 (R\$ 2.387 em 31 de dezembro de 2024).

16. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para o Grupo, cujos títulos encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
1 até 30 dias	47	3
31 até 60 dias	-	2
61 até 120 dias	1	2
121 até 180 dias	-	-
181 até 365 dias	2	1
Acima de 365 dias	-	1
Total	50	9

17. Passivos financeiros atuariais – capitalização

Os passivos financeiros atuariais de capitalização estão classificados no passivo circulante, quando são esperadas exigibilidades dentro dos doze meses seguintes a data das demonstrações financeiras. A seguir, verifica-se a composição e a movimentação desses:

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2025	Constituições	Amortizações/ prescrições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Provisão para resgates:	1.367.553	1.533.983	(1.581.438)	107.325	1.427.423
Provisão matemática para capitalização	1.224.193	740.552	(779.257)	103.711	1.289.199
Provisão para resgate de títulos antecipados	71.004	411.758	(400.932)	1.534	83.364
Provisão para resgate de títulos vencidos	30.074	381.523	(384.376)	693	27.914
Provisões para distribuição de bônus	42.282	150	(16.873)	1.387	26.946
Provisão para sorteios:	12.189	43.598	(44.531)	(40)	11.216
Provisão para sorteios a realizar	9.399	21.822	(23.259)	(122)	7.840
Provisão de sorteios a pagar	2.790	21.776	(21.272)	82	3.376
Outras provisões:	17	4	(11)	-	10
Provisão para receitas diferidas	17	4	(11)	-	10
Total	1.379.759	1.577.585	(1.625.980)	107.285	1.438.649

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2024	Constituições	Amortizações/ prescrições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Provisão para resgates:	1.140.258	1.231.728	(1.082.424)	77.991	1.367.553
Provisão matemática para capitalização	992.589	685.120	(528.574)	75.058	1.224.193
Provisão para resgate de títulos antecipados	63.230	248.272	(241.076)	578	71.004
Provisão para resgate de títulos vencidos	32.076	293.344	(295.629)	283	30.074
Provisões para distribuição de bônus	52.363	4.992	(17.145)	2.072	42.282
Provisão para sorteios:	13.196	40.613	(41.462)	(158)	12.189
Provisão para sorteios a realizar	7.350	22.108	(19.871)	(188)	9.399
Provisão de sorteios a pagar	5.846	18.505	(21.591)	30	2.790
Outras provisões:	149	144	(276)	-	17
Provisão para receitas diferidas	-	144	(127)	-	17
Provisão para despesas administrativas	149	-	(149)	-	-
Total	1.153.603	1.272.485	(1.124.162)	77.833	1.379.759

18. Provisões judiciais

18.1. Passivo de sinistros incorridos – judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados à contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas no "Passivo de contratos de seguros", no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização. Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.

A seguir, a composição dos processos relacionados aos sinistros judiciais por probabilidade de perda:

	Consolidado		
	Contingências vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2025		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	86	7.877	7.877
Possível	186	26.040	-
Remota	3	271	-
Total	275	34.188	7.877

	Consolidado		
	Contingências vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	74	5.396	5.396
Possível	152	17.617	-
Remota	6	287	-
Total	232	23.300	5.396

Abaixo, as movimentações das provisões judiciais vinculadas a contratos de seguro:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	5.396	4.270
Adições	3.297	4.027
Baixas	(1.831)	(3.019)
Ajuste	288	(495)
Atualização monetária e juros	727	613
Saldo final	7.877	5.396

18.2. Outras provisões judiciais e obrigações fiscais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas causas cíveis, fiscais e previdenciárias e relacionadas as obrigações fiscais.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	2.415	2.334
Obrigações fiscais	13.915	12.826
Total	16.330	15.160

A seguir, a composição da rubrica "Provisões judiciais" por probabilidade de perda:

	Consolidado		
	Contingências não vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2025		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	54	2.415	2.415
Possível	462	13.975	-
Remota	6	100	-
Total	522	16.490	2.415

	Consolidado		
	Contingências não vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	49	2.334	2.334
Possível	293	13.140	-
Remota	12	200	-
Total	354	15.674	2.334

	Consolidado		
	Contingências fiscais		
	31/12/2025		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Possível	9	1.917	-
Total	9	1.917	-

	Consolidado		
	Contingências fiscais		
	31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Possível	9	2.177	-
Total	9	2.177	-

Abaixo, as movimentações das provisões judiciais não vinculadas a contratos de seguro, registradas como "Provisões judiciais":

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	2.334	1.786
Adições	1.608	1.464
Baixas	(1.435)	(774)
Ajuste	(332)	-
Atualização monetária e juros	240	(142)
Saldo final	2.415	2.334

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	-	48
Baixas	-	(50)
Atualização monetária e juros	-	2
Saldo final	-	-

No grupo "Provisões judiciais" também são registrados o valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde o Grupo depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

A seguir, as obrigações fiscais em discussão judicial conforme a composição:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
PIS - exigibilidade suspensa	1.945	1.793
COFINS - exigibilidade suspensa	11.970	11.033
Total	13.915	12.826

A seguir, verifica-se o resumo dos principais questionamentos oriundos das obrigações fiscais:

	Consolidado						
	31/12/2025						
	PIS		COFINS		Total		
Controladas	Tese	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Rio Grande Capitalização S.A.	Alargamento da base (a)	167	167	1.028	1.028	1.195	1.195
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	Alargamento de base (b)	1.998	1.778	12.299	10.942	14.297	12.720
Total		2.165	1.945	13.327	11.970	15.492	13.915

	Consolidado						
	31/12/2024						
	PIS		COFINS		Total		
Controladas	Tese	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Rio Grande Capitalização S.A.	Alargamento da base (a)	146	152	901	937	1.047	1.089
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	Alargamento de base (b)	1.847	1.641	11.638	10.096	13.485	11.737
Total		1.993	1.793	12.539	11.033	14.532	12.826

Há as seguintes discussões de PIS/COFINS:

a) Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas à prescrição) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres); e Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).

b) Lei nº 9.718/98 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras em geral e sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos livre e garantidores) Discussões vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres); Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres); e Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos livres) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado de R\$ 118.334 é representado por 88.877.773 ações ordinárias nominativas.

19.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, as reservas de lucros de R\$ 170.934 (R\$ 246.737 em 31 de dezembro de 2024) eram compostas por:

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

Diante desse cenário, a base de cálculo das destinações do resultado, segue as normas contábeis aplicáveis as seguradoras considerando as diretrizes do órgão regulador SUSEP, uma vez que a Companhia não possui outro fluxo de caixa relevante além daquele proveniente das empresas reguladas por tal órgão.

19.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados ao VJORA, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica "Créditos tributários e previdenciários" e outros resultados abrangentes relativos aos efeitos de taxas de juros dos fluxos do IFRS17/CPC 50. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era uma perda de R\$ 5.752 líquidos de tributos (perda de R\$ 27.001, líquidos de tributos, em 31 de dezembro de 2024).

20. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Partes relacionadas				
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Investidora) (a) (b)	9	6	-	-
Rio Grande Capitalização S.A. (Controlada) (b)	-	946	-	-
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) (b)	-	-	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Controladora) (b)	-	-	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (d)	-	-	-	-
Total	9	952	-	-

	Controladora							
	Ativo				Passivo			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Partes relacionadas								
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Investidora) (a)	4.178	7.213	-	-	-	-	(9.358)	(7.034)
Icatu Assessoria S.A. (Ligada) (c) (*)	-	-	-	(17.063)	-	-	-	(203.508)
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Controladora) (b)(c)	-	-	(17.383)	-	-	-	(218.265)	-
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (e)	8.717	8.835	(4.146)	(5.751)	100.993	105.696	(44.162)	(46.202)
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (d)	-	-	(1)	(1)	-	-	(9)	(15)
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (f)	432	191	-	-	-	-	(831)	(949)
Total	13.327	16.239	(21.530)	(22.815)	100.993	105.696	(272.625)	(257.708)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Saldos em conta corrente e despesas com tarifas bancárias e tarifas de arrecadação;

(b) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia;

(c) Valores referentes a acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmados com a Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A.. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

(d) Valores referentes a taxas de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.;

(e) Valores referentes a acordo operacional de cosseguro, firmado com a Icatu Seguros S.A.. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes; e

(f) Aquisição de títulos de capitalização: títulos de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia.

(*) Para fins de reestruturação societária do Grupo Icatu, a Icatu Assessoria S.A. foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., em 1º de janeiro de 2025.

21. Informações por linhas de negócio operacionais

As atividades do Grupo são organizadas da seguinte forma:

	Consolidado					
	Previdência		Capitalização	Outros (*)	31/12/2025	31/12/2024
	Vida	complementar				
Receita de contratos de seguro	632.833	35.062	-	-	667.895	658.424
Despesas de contratos de seguro	(430.174)	(18.805)	-	-	(448.979)	(426.500)
Resultado de contratos de seguro e resseguro	199.517	16.257	-	-	215.774	236.830
Receita líquida com títulos de capitalização	-	-	157.440	-	157.440	144.105
Resultado com sorteios	-	-	(19.489)	-	(19.489)	(19.238)
Custo de aquisição	-	-	(34.314)	-	(34.314)	(30.838)
Outras receitas/(despesas) operacionais de capitalização	-	-	27.344	-	27.344	21.292
Resultado com operações de capitalização	-	-	130.981	-	130.981	115.321
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de seguro	4.069	49	-	-	4.118	(12.240)
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	(35)	-	-	-	(35)	(415)
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas	14.889	1.213	67.517	242	83.861	70.203
Resultado financeiro líquido	18.923	1.262	67.517	242	87.944	57.548
Despesas administrativas	(26.149)	(2.131)	(104.991)	(892)	(134.163)	(145.028)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(7.750)	(632)	-	-	(8.382)	(16.240)
Resultado antes dos tributos	184.540	14.757	93.507	(650)	292.154	248.431
Imposto de renda e contribuição social correntes	(68.891)	(5.613)	(36.632)	-	(111.136)	(101.427)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.262)	(266)	-	-	(3.528)	3.730
Lucro líquido do exercício	112.387	8.878	56.875	(650)	177.490	150.734

(*) Valores referente as receitas e despesas não relacionadas diretamente as operações de seguro, resseguro e capitalização.

	Consolidado					
	Previdência		Capitalização	Outros (*)	31/12/2025	31/12/2024
	Vida	complementar				
Total do ativo	7.214.234	211.857	1.543.488	2.036	8.971.615	8.335.109
Investimentos em coligadas e controladas	45.495	143.320	92.731	-	281.546	335.448
Total do passivo	202.107	7.035.166	1.450.760	66	8.688.099	7.997.039

(*) Valores referente as receitas e despesas não relacionadas diretamente as operações de seguro, resseguro e capitalização

22. Receita e despesas de contratos de seguro

22.1. Receita de contratos de seguro

A seguir, a análise da receita de contratos de seguro reconhecida no exercício:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
	Contratos de seguro mensurados pelo BBA	640.693
Valores relacionados às alterações de cobertura remanescente:	532.649	522.325
Expectativas de sinistros e outras despesas incorridos	385.970	357.275
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	14.918	11.478
CSM reconhecida	131.761	153.572
Valores relacionados à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	108.044	111.827
Contratos de seguro mensurados pelo VFA	27.202	24.272
Valores relacionados às alterações de cobertura remanescente:	23.317	20.889
Expectativas de sinistros e outras despesas incorridos	9.267	8.743
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	288	96
CSM reconhecida	13.762	12.050
Valores relacionados à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	3.885	3.383
Total de receita de contratos de seguro	667.895	658.424

22.2. Despesas de contratos de seguro

A seguir, a análise das despesas de contratos de seguro reconhecidas no exercício:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
	Contratos de seguro mensurados pelo BBA	(435.054)
Sinistros e outras despesas incorridas	(346.038)	(181.466)
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	(108.043)	(111.827)
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	19.027	(120.784)
Contratos de seguro mensurados pelo VFA	(13.925)	(12.423)
Sinistros e outras despesas incorridas	(10.040)	(9.040)
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	(3.885)	(3.383)
Total de despesas de contratos de seguro	(448.979)	(426.500)

23. Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro

A seguir, a análise do resultado líquido de contratos de resseguro:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
	Contratos de resseguro mensurados pelo PAA	(3.142)
Receita de contratos de resseguro	13.702	20.088
Despesas de contratos de resseguro	(16.844)	(15.182)
Total	(3.142)	4.906

Conselho de administração

Presidente:

Luciano Soares

Demais conselheiros:

Ademar Scharlong; Artur José de Lemos Júnior; Edson Georges Nassar; Fernando Guerreiro de Lemos; Paula Schild Mascarenhas

24. Resultado com operações de capitalização

A seguir, a análise do resultado com operações de capitalização reconhecido no exercício:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida com títulos de capitalização:	157.440	144.105
Resultado com sorteios:	(19.489)	(19.238)
Reversão das provisões para sorteios	23.259	21.374
Constituição para provisões para sorteios	(21.822)	(22.107)
Despesas com títulos de capitalização sorteados	(20.926)	(18.505)
Custo de aquisição diferido:	(34.314)	(30.838)
Despesas de corretagens	(34.153)	(30.688)
Despesas de custeamentos de vendas	(161)	(150)
Outras receitas/(despesas) operacionais:	27.344	21.292
Receita com resgastes de títulos de capitalização	12.466	8.921
Receita com prescrições de títulos de capitalização	18.014	14.665
Despesas com provisões	(3.143)	(2.300)
Outras receitas operacionais	7	6
Total	130.981	115.321

25. Resultado financeiro líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado financeiro líquido da Companhia era de R\$ 242 (R\$ 714 em 31 de dezembro de 2024). No Grupo era o seguinte:

	Consolidado				
	31/12/2025			31/12/2024	
	Contratos de seguro		PAA	Não relacionado a contratos de seguro	
	BBA	VFA		Total	Total
Receitas financeiras:	31.494	934.278	-	193.292	1.159.064
Ao custo amortizado:	-	-	-	14.043	14.043
Fundos exclusivos	-	-	-	14.043	14.043
Ao VJORA:	-	-	-	52.544	52.544
Fundos exclusivos	-	-	-	52.544	52.544
Ao VJR:	31.494	934.278	-	125.404	1.091.176
Fundos exclusivos	31.494	934.278	-	125.404	1.091.176
Outras receitas financeiras	-	-	-	1.301	1.301
Despesas financeiras:	(89.477)	(872.177)	(35)	(109.431)	(1.071.120)
Ao VJR:	(60.611)	-	-	-	(60.611)
Fundos exclusivos	(60.611)	-	-	-	(60.611)
Passivos financeiros atuariais – capitalização	-	-	-	(107.285)	(107.285)
Contratos de seguro emitidos	(28.866)	(872.177)	-	-	(901.043)
Contratos de resseguro	-	-	(35)	-	(35)
Outras despesas financeiras	-	-	-	(2.146)	(2.146)
Total	(57.983)	62.101	(35)	83.861	87.944

	Consolidado				
	31/12/2024			31/12/2024	
	Contratos de seguro		PAA	Não relacionado a contratos de seguro	
	BBA	VFA		Total	Total
Receitas financeiras:	20.001	557.266	-	149.815	727.082
Ao custo amortizado:	-	-	-	14.469	14.469
Fundos exclusivos	-	-	-	14.469	14.469
Ao VJORA:	-	-	-	67.864	67.864
Fundos exclusivos	-	-	-	67.864	67.864
Ao VJR:	20.001	557.266	-	66.367	643.634
Fundos exclusivos	20.001	557.266	-	66.367	643.634
Outras receitas financeiras	-	-	-	1.115	1.115
Despesas financeiras:	(19.846)	(569.661)	(415)	(79.612)	(669.534)
Ao VJR:	(666)	-	-	(8)	(674)
Fundos exclusivos	(666)	-	-	(8)	(674)
Passivos financeiros atuariais – capitalização	-	-	-	(77.833)	(77.833)
Contratos de seguro emitidos	(19.180)	(569.661)	-	-	(588.841)
Contratos de resseguro	-	-	(415)	-	(415)
Outras despesas financeiras	-	-	-	(1.771)	(1.771)
Total	155	(12.395)	(415)	70.203	57.548

26. Despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de despesas administrativas da Companhia era de R\$ 892 (R\$ 1.456 em 31 de dezembro de 2024). No Grupo era o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal próprio	(1.465)	(1.424)
Serviços de terceiros	(93.837)	(113.642)
Localização e funcionamento	(862)	(619)
Publicidade e propaganda	(15.996)	(11.075)
Publicações	(281)	(390)
Donativos e contribuições	(4.178)	(3.346)
Despesas administrativas diversas	(170)	(197)
Impostos	(1.035)	(1.130)
PIS	(1.548)	(1.223)
COFINS	(9.513)	(7.515)
Taxa de fiscalização	(5.191)	(4.377)
Outras despesas com tributos	(87)	(90)
Total	(134.163)	(145.028)

27. Outras receitas/(despesas) operacionais

A seguir, a composição de outras receitas e despesas operacionais para o Grupo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com cobrança	(8.539)	(8.241)
Reversão/(provisão) para contingências cíveis	(523)	(822)
Reversão/(constituição) de provisão para riscos de créditos	-</	

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Banrisul Icatu Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Banrisul Icatu Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 26 de março de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos

Contador CRC 1PR050377/O-6



Parecer do Conselho Fiscal da Banrisul Icatu Participações S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da Banrisul Icatu Participações S.A. ("Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo revisado e analisado o Relatório da Administração, as Contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas, Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, deliberaram, por unanimidade e sem reservas, emitir o presente parecer sem ressalvas, a fim de opinar favoravelmente à aprovação dos referidos documentos em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada.

Porto Alegre, 23 de março de 2026.

Márcio Santiago Câmara

Presidente

Luiz Alcides Capoani

Conselheiro

Agomar Aliatti

Conselheiro Vice-Presidente

Marcelo Eboli Botelho Benjamim

Conselheiro